



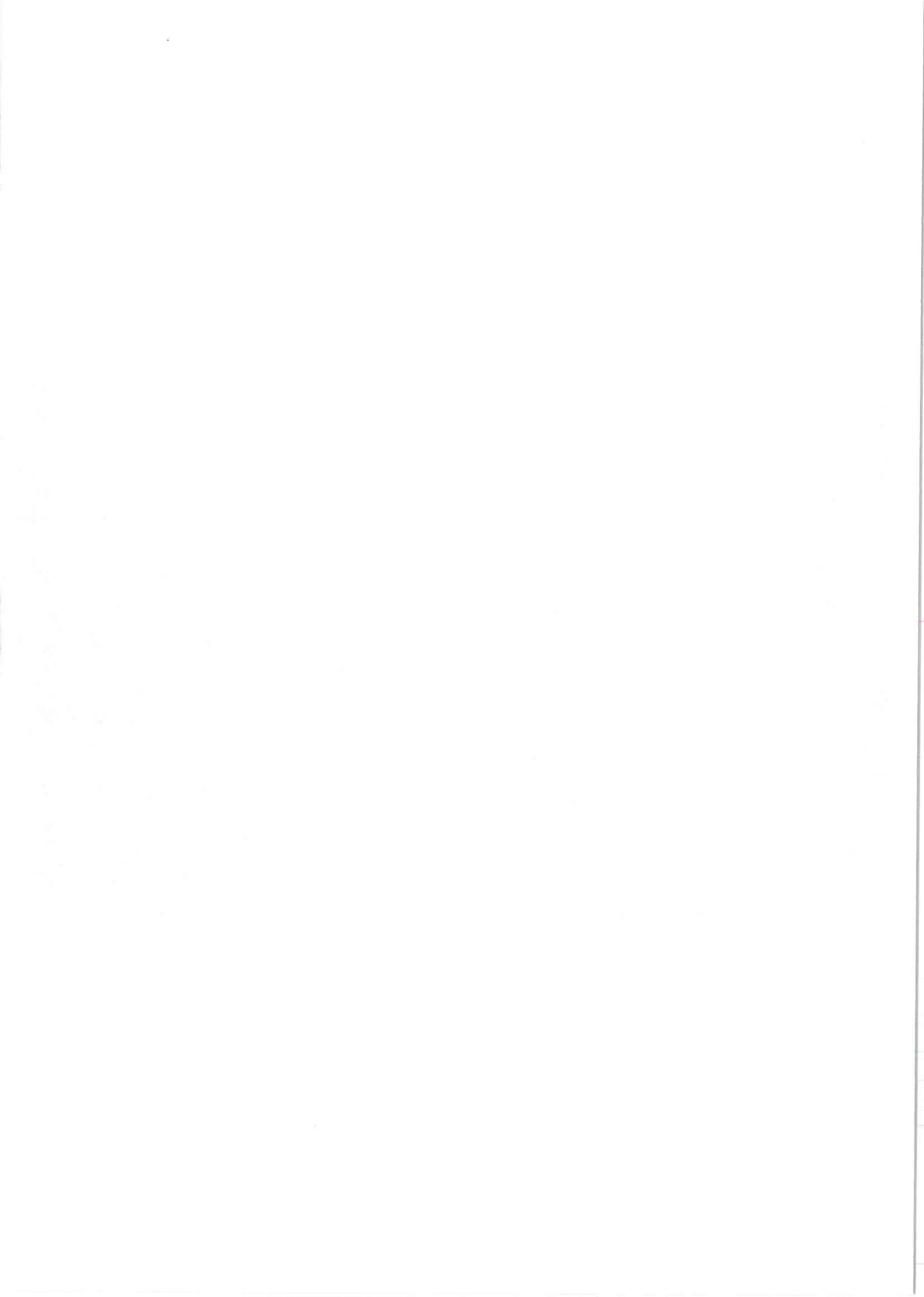
MISERICÓRDIA  
de RIBA D'AVE 90

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

IRMANDADE DA SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE

---

RIBA DE AVE, 28 DE MARÇO DE 2018





MISERICÓRDIA  
DE RIBA D'AVE

90  
ANOS  
1827-2017

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA.....	4
3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL.....	9
4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE.....	27
5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	30
5.1 Valências e Programas.....	30
5.2 Investimentos.....	36
5.3 Resultados.....	36
5.4 Balanço.....	38
5.5 Fundo de Maneio.....	40
5.6 Recursos Humanos.....	40
5.7 Rácios.....	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
7. PROPOSTAS.....	46
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	48
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	74
PARECER DO DEFINITÓRIO.....	78





MISERICÓRDIA  
DE RIBA D'AVE

90  
ANOS  
1927-2017

*[Handwritten signature]*

## 1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Compromisso da Irmandade, nomeadamente do determinado na alínea e) do artigo 27.º do aludido documento, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ribadave (SCM Ribadave) apresentar à Assembleia Geral o seu Relatório de Atividades do ano de 2017.

A Mesa Administrativa submete também à Assembleia Geral a apreciação e a aprovação das contas relativas ao mesmo período, colocando à disposição dos Irmãos todos os elementos que considerem necessários à formulação de um criterioso juízo sobre as mesmas.

## 2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA

Durante o ano de 2017, a Mesa Administrativa deu seguimento ao desenvolvimento das diversas valências em curso. Reunindo assiduamente com a Administração-Delegada da SCM Riba de Ave, acompanhou de muito perto todas as atividades, interagindo e colaborando não só na sua organização como também no seu sucesso.

A Mesa Administrativa, em 2017, realça o grande trabalho efetuado na elaboração do Regulamento Eleitoral da SCM Riba de Ave, adaptando-o ao novo Compromisso da Irmandade, assim como o início do pagamento da quota anual por parte dos irmãos da SCM Riba de Ave.

Durante o ano, a Mesa Administrativa teve oportunidade de, mensalmente, verificar a sustentabilidade económica e financeira da SCM Riba de Ave, confirmado os resultados que garantiram segurança na prossecução dos investimentos propostos no Plano de Atividades, bem como o cumprimento do orçamento para 2017, mesmo tendo em consideração as alterações salariais efetuadas.

Acompanhou, com regularidade, o concurso internacional para a obra do Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências (CIDIFAD), assim como se envolveu em todas as reuniões efetuadas com os diferentes organismos Estatais que supervisionam a problemática das doenças do foro mental.

A Mesa, neste ano de 2017, com a conclusão do concurso para a obra e o projeto de licenciamento para a construção aprovado, concluiu, através do Banco BPI, o financiamento no âmbito do Programa JESSICA, o que, seguindo as condições do anterior financiamento, que resultaram numa taxa média anual de 0,13%, se constitui numa mais-valia pela isenção da taxa de juro de que beneficia a Tranche BEI.

Ainda sobre o CIDIFAD, a Mesa Administrativa trabalhou no sentido de que o prédio onde se realizará a referida obra fosse considerado como parte integrante da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Riba de Ave, tendo ainda conseguido que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão



AS  
FB  
DM

considerasse a empreitada como uma reabilitação. Estes deferimentos permitirão à SCM Riba de Ave beneficiar da taxa reduzida de IVA (6%) na liquidação da obra, podendo, ainda, solicitar o reembolso de 50% do imposto liquidado devido à figura jurídica de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que possui.

A Mesa Administrativa acompanhou o trabalho diário tido na elaboração dos requisitos para o Processo de Acreditação do Hospital Narciso Ferreira, tendo-se disponibilizado sempre para prestar apoio nos objetivos a atingir, uma vez que o considerou para 2017 como um desígnio enquadrado nas Comemorações dos 90 anos da SCM Riba de Ave.

Em 2017, com o início das comemorações dos 90 anos da SCM Riba de Ave, participou na elaboração das atividades a realizar e, em colaboração com a Comissão Executiva e com o Administrador-Delegado, consensualizaram eventos que pudessem engrandecer as comemorações e dignificar a própria SCM Riba de Ave.

Neste ano, a aceitação dos aumentos salariais por parte da Mesa Administrativa, sempre com a preocupação de não se ultrapassar o rácio Pessoal/Rendimentos de 65%, foi devidamente ponderada e alicerçada nas cada vez maiores exigências para a prestação dos cuidados a que nos propomos cumprir.

De realçar, ainda, a participação em todas as reuniões da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), do Secretariado Regional do Distrito de Braga e de outros encontros de interesse para a SCM Riba de Ave. Dessas reuniões e encontros merecem destaque:

- i) A presença na Assembleia Geral da UMP para aprovação do Relatório e Contas 2016;
- ii) A presença na Assembleia Geral da UMP para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2018;
- iii) Reuniões assíduas com a empresa GALBILEC para tomada de decisões relativas às publicações, visando o concurso para a obra do CIDIFAD, assim como as respetivas adjudicações.
- iv) Presença na reunião dos Secretariados Regionais do Norte e do Centro da UMP;

**Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave**

- v) Presença na reunião efetuada pelo Senhor Arcebispo Primaz de Braga, Dom Jorge Ortiga, na Diocese de Braga, com as Misericórdias do Distrito;
- vi) Reunião com os Órgãos Sociais da SCM Riba de Ave, para, em prol da melhoria de desempenho da Mesa Administrativa e do Administrador-Delegado, fornecer informações e debater a atual situação da Instituição;
- vii) Reuniões com os responsáveis da Segurança Social de Braga para efeitos de apoio às obras realizadas no Centro Infantil de Pevidém, assim como o alargamento das prestações sociais às Atividades de Tempos Livres (ATL);
- viii) Presença na Reitoria da Universidade do Porto no encerramento do projeto “Nutriciência”, onde uma colaboradora do CIP foi reconhecida com a atribuição de um prémio;
- ix) Presença, a par do Sr. Administrador-Delegado, no congresso sobre Economia Social, realizado na Póvoa de Varzim;
- x) Presença na Peregrinação Nacional das Misericórdias, em Fátima;
- xi) Participação no Portugal Economia Social, I Encontro do Empreendedorismo e Inovação na Economia Social, realizado em Lisboa;
- xii) Presença nas comemorações dos 438 anos da SCM Esposende;
- xiii) Presença nas celebrações das Bodas de Ouro do Senhor Arcebispo de Braga, Dom Jorge Ortiga, e que contou com a participação de todas as organizações católicas do Distrito;
- xiv) Participação nas comemorações dos 100 anos da SCM Póvoa de Lanhoso, onde também marcaram presença Sua Exa., o Sr. Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, e o Sr. Ministro da Saúde, Doutor Adalberto Campos Fernandes;
- xv) Presença na procissão em honra de S. Pedro, nas Festas de Riba de Ave;
- xvi) Presença nas comemorações do aniversário da Associação Humanitária do Bombeiros Voluntários de Riba de Ave;
- xvii) Presença nas comemorações dos 140 anos da da Capela-Mor da SCM Lousada;



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

xviii) Presença, a par do Administrador-Delegado, em Fátima, na apresentação do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFFRU).

Outros acontecimentos tiveram lugar em 2017, na sua maioria com a participação da Mesa Administrativa e da Administração-Delegada. Pela sua importância para a vida da SCM Riba de Ave, são dignos de destaque:

- i) Participação na procissão do ECCE HOMO, realizada em Braga, no âmbito da celebração das cerimónias da Semana Santa;
- ii) Lançamento da 1.ª Pedra do CIDIFAD, com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Doutor Fernando Araújo;
- iii) Participação no desfile de Carnaval do Centro Infantil de Pevidém;
- iv) Participação nas comemorações do Dia Mundial da Criança, no CIP;
- v) Participação na festa de final do ano letivo, no CIP;
- vi) Participação na abertura do ano letivo do CIP, acompanhando os pais e encarregados de educação;
- vii) Presença no magusto do CIP e no jantar de São Martinho da SCM Riba de Ave, realizado no Hospital Narciso Ferreira (HNF);
- viii) Presença na Festa de Natal do CIP;
- ix) Presença na celebração do Dia Internacional do Enfermeiro;
- x) No âmbito da construção do CIDIFAD, adjudicação da obra e assinatura do respetivo contrato de empreitada à empresa Costeira, S.A.;
- xi) Apoio ao Concurso de Presépios e ao Concurso de Canções de Natal que, no âmbito das comemorações da Quadra Natalícia, foram realizados entre os diferentes serviços do HNF e do CIP;
- xii) Participação no Jantar de Natal dos funcionários e colaboradores da SCM Riba de Ave que contou, ainda, com a presença de membros dos demais Órgãos Sociais da Instituição.

**Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave**

xiii) Inauguração da obra de remodelação do CIP, no Berçário e Pré-Escolar, com a presença da Sra. Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães, Dra. Paula Oliveira, em representação do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Diretor da Segurança Social de Braga, Dr. João Ferreira, do Sr. Presidente da UMP, Dr. Manuel de Lemos, e da Dra. Inês Dentinho, em representação do Sr. Provedor da SCM Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, que, através do Fundo Rainha D. Leonor, financiou parte das obras.

xiv) Participação nos eventos comemorativos dos 90 anos da SCM Riba de Ave:

- Comemoração dos 25 anos do Coro da Capela da SCM Riba de Ave;
- Dia Mundial da Poesia;
- Concerto da Páscoa, Encontro de Grupos Corais de Riba de Ave;
- Recolha de Sangue e de Medula Óssea, pelo Instituto Português do Sangue e Transplantação (IPST);
- Ações na Comunidade de Rastreio e Prevenção da Doença;
- Missa em Honra dos Irmãos da SCM Riba de Ave, com a inauguração do espaço museológico da Instituição, apresentação da Medalha Comemorativa do 90.º aniversário da SCM Riba de Ave, atribuição de galardão pelos 25 e 50 anos de Irmão da Instituição e jantar;
- Dia Mundial da Fisioterapia;
- Torneio Inter-Hospitalar de Futsal;
- Encontro de Motas e Clássicos;
- Conferência “As Misericórdias e a Saúde: Hospitais e Unidades de Cuidados Continuados”, com a presença do Sr. Ministro da Saúde, Doutor Adalberto Campos Fernandes, e do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Doutor Fernando Araújo;
- Homenagem aos colaboradores com 20, 30 e 40 anos ao serviço da SCM Riba de Ave.



[Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'Fe.', 'M', and a signature]

### 3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL

A SCM Riba de Ave, em 2017, apresentou um aumento significativo da sua atividade, nomeadamente com o maior número de episódios clínicos registados, a maior taxa de ocupação registada na Unidade de Cuidados Continuados e o mais elevado número de inscrições registadas no CIP, levando a que se traduzisse nos mais elevados rendimentos obtidos, nos mais altos meios libertos, no maior fundo de maneo e no mais elevado ativo e valor patrimonial alguma vez alcançado.

Embora a execução orçamental se encontre em linha com o perspetivado, olhando aos rendimentos poderíamos prever resultados amplamente superiores. No entanto, com o aumento dos salários e das contribuições para a Segurança Social, a integração de profissionais no quadro, as comemorações dos 90 anos da Instituição, o Processo de Acreditação e o aumento das reintegrações não previstos durante a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento 2017, só a partir de janeiro e durante o ano é que se manifestaram estas variações, tendo, porém, sido compensadas com a grande atividade do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) que muito positivamente compensou os desvios negativos não previstos.

De realçar a continuidade do integral cumprimento do Contrato-Programa com a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte), não só no que diz respeito à produção contratada como também no compromisso de dar resposta aos indicadores de qualidade, bem como à obrigatoriedade de, tendencialmente, evoluirmos para aumentar os recursos humanos no quadro da SCM Riba de Ave, principalmente na atividade hospitalar.

Não podemos deixar de realçar que, em 2017, ao contrário dos anos anteriores, com as pequenas alterações efetuadas em setembro, principalmente com a introdução da contribuição mínima, e os próprios rendimentos dos pais e encarregados de educação, que melhoraram naquela região, tornaram sustentável a atividade do Centro Infantil de Pevidém.

Em 2017, a SCM Riba de Ave, através da sua Área de Intervenção Social, continuou a ponderar e a avaliar as necessidades da região do Vale do Ave, concluindo que se mantém com um grave défice

de atividade económica e conduzindo a que, sem hesitações, prossiga a sua ação no apoio social aos mais vulneráveis da nossa sociedade.

Temos de realçar que em 2017, tal como nos anos anteriores, o Hospital Narciso Ferreira, quer a nível interno (eficiência de resultados económico-financeiros, empregabilidade, satisfação profissional, comunicação e imagem), quer a nível externo (mais e melhor procura, segurança e satisfação dos utentes), continua a ter um papel preponderante e fulcral nos resultados atingidos pela SCM Riba de Ave.

Em 2017, podemos realçar o grande amadurecimento das plataformas *on-line* da SCM Riba de Ave que, pela sua funcionalidade, têm sido uma ajuda significativa na procura das atividades da Instituição, contribuindo, assim, para o aumento da procura das prestações de saúde e do CIP.

É de realçar, através do Serviço de Informática (SIIn), o investimento na renovação tecnológica da SCM Riba de Ave, não só com o processo de virtualização dos servidores mas também com a renovação da infraestrutura da rede.

Em 2017, com o Processo de Acreditação do Hospital, verifica-se um compromisso com a qualidade, o que permite ao Hospital Narciso Ferreira beneficiar de uma maior visibilidade e de uma imagem externa mais robusta e consolidada, melhorando os indicadores económicos da SCM Riba de Ave e os índices de satisfação social já de si elevados.

### **3.1 Unidade Organizacional dos Recursos Humanos**

Em 2017, a Unidade Organizacional dos Recursos Humanos (UORH) continuou a intervir na organização do trabalho e na implementação de práticas potencializadoras de motivação, de satisfação e do desempenho dos colaboradores, quer individualmente, quer por serviços. Assim, é de realçar:

#### **1. Atividades**



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

- Aplicação do sistema da avaliação de desempenho;
- Em articulação com o Departamento de Qualidade, Formação e Contencioso (DQFC), definição e monitorização do plano de formação, com a implementação do sistema de avaliação de quatro níveis: avaliação de reação, avaliação das aprendizagens, avaliação do comportamento e dos resultados;
- Implementação de processos de seleção de novos colaboradores;
- Monitorização das práticas administrativas dos recursos humanos;
- Análise e acompanhamento de situações específicas de trabalhadores;
- Divulgação do regulamento Interno da SCM Riba de Ave;
- Organização de momentos de convívio entre os colaboradores da SCM Riba de Ave;
- No âmbito da Processo de Acreditação do Hospital, definição das funções para todos os colaboradores da SCM Riba de Ave e organização do Manual de Acolhimento.

## 2. Avaliação

- i) Sistema de Avaliação de Desempenho - Em 2017, deu-se continuidade à implementação do sistema de avaliação de desempenho iniciado em 2015. O atual sistema contempla três eixos de avaliação: avaliação de competências, objetivos por função e avaliação pelos pares.
- ii) Em 2017, foram realizadas 2.869 horas de formação certificada. Para além deste processo, foi ainda acompanhada a implementação da metodologia de avaliação de necessidades, bem como o modelo de desenvolvimento de ações de formação.
- iii) Implementação de processos de seleção de novos colaboradores:
  - a) Seleção de quatro enfermeiros em prestação de serviços
 

O processo de seleção baseou-se na análise curricular dos candidatos inscritos em bolsa e em entrevistas de seleção realizadas pelo coordenador dos Recursos Humanos (RH) e pelo Enfermeiro Diretor. Foram realizadas doze entrevistas e selecionados sete enfermeiros.
  - b) Seleção de seis auxiliares de ação médica (AAM) e uma operadora de lavandaria

Foi implementado um processo de seleção de AAM para suprir as necessidades da Instituição ao nível da Unidade de Cuidados Continuados Integrado (UCCI), do Serviço de Internamento Médico (SIM), e da Lavandaria. Este processo teve uma primeira fase de análise curricular das candidaturas existentes na base de dados da SCM Riba de Ave, tendo, posteriormente, sido efetuadas entrevistas individuais para se proceder à identificação dos perfis e de competências ajustadas à função. Foram efetuadas vinte e seis entrevistas, tendo sido selecionadas seis AAM e uma operadora de lavandaria.

c) Elaboração de candidaturas a Estágios Profissionais e seleção dos estagiários

No decurso de 2017 foram elaboradas duas candidaturas a Estágios Profissionais, uma na área das ciências farmacêuticas e uma na área da educação de infância.

d) Elaboração de contratos de trabalho para dois médicos, conversão do contrato da assistente social e conversão do contrato de nove enfermeiros prestadores de serviço que passaram para o quadro da Instituição

iv) Monitorização das práticas administrativas dos RH - A este nível, tem sido efetuado um trabalho sistemático na implementação de medidas que permitam melhorar o nível de organização administrativo desta área, mais concretamente no domínio da implementação de sistemas de informação mais complexos e ajustados à realidade da SCM Riba de Ave.

v) Elaboração e divulgação do Regulamento Interno dos RH da Instituição e validação Jurídica do mesmo.

vi) Organização do magusto, com jantar convívio nas instalações da SCM Riba de Ave, e do Jantar de Natal do pessoal da Instituição, com a participação de 60 e de 243 colaboradores, respetivamente.

### 3.2 Área de Intervenção Social

Na Área de Intervenção Social, o ano de 2017 continuou com uma atividade muito mais assinalada do que o ano anterior, nomeadamente:



*Handwritten initials and signatures in blue ink.*

- i) Com o Programa de Emergência Alimentar - Cantinas Sociais (PEA - CS), em Riba de Ave e Pevidém, com cerca de 40.880 refeições anuais a famílias e a indivíduos em situação de maior exclusão social;
- ii) Na dinamização da economia local onde, através dos pequenos negócios familiares na área da restauração, foram disponibilizados cerca de 96 mil euros;
- iii) No desenvolvimento de medidas de apoio que, de forma a garantir uma progressiva autonomização e qualidade de vida aos mais carenciados, possibilitem a redefinição dos seus projetos de vida;
- iv) O projeto Banco de Medicamentos encontra-se neste momento quase nulo, apenas com uma residual disponibilização de medicamentos;
- v) Em Pevidém, a SCM Riba de Ave continuou a ter o papel de mediador do Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC), apoiando, em 2017, 31 agregados familiares, num total de 77 beneficiários, com uma média de idades de 36 anos, em que o compromisso se prende com a receção e a distribuição dos bens alimentares, bem como o desenvolvimento de ações de acompanhamento a realizar no ano seguinte sobre os temas seleção do género alimentar, prevenção do desperdício alimentar e otimização da gestão do orçamento familiar. Participou, ainda, em duas campanhas de recolha de alimentos onde foram obtidos 1.498 Kg de alimentos, permitindo a distribuição de 1.897 produtos a famílias e a indivíduos carenciados;
- vi) Na área de intervenção psicossocial, além dos doentes da UCCI e do SIM, foram acompanhados os utentes do Serviço de Internamento Cirúrgico (SIC) com internamento superior a 24 horas. Foram seguidos 54 utentes, com uma idade média de 72 anos, maioritariamente do sexo feminino. Deste grupo, oito utentes foram referenciados para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), por se considerar a existência de fatores de vulnerabilidade social e pela dificuldade em assegurar os cuidados do doente no pós-alta;
- vii) Em Pevidém, a SCM Riba de Ave manteve a sua participação como gestora do Projeto 65+. Promovido pela Câmara Municipal de Guimarães, o programa visa a implementação de

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including "FC." and "SM".*

procedimentos de apoio junto de idosos em situação de maior isolamento, estando, neste momento, a ser acompanhados seis idosos;

viii) A SCM Riba de Ave continua a participar em várias reuniões no âmbito da Rede Social do Concelho de Vila Nova de Famalicão. Esta rede tem intervenção nas áreas de crianças e jovens em risco, mercado de trabalho e desemprego, dependências, envelhecimento e vítimas de violência doméstica. Faz parte do Gabinete de Avaliação e Intervenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (álcool e/ou substâncias psicoativas), comprometendo-se, neste projeto, a sinalizar e a encaminhar utentes que possam beneficiar de intervenção, nomeadamente no processo de desabilitação, na reinserção a nível social, familiar e profissional, assim como em divulgar e colaborar em ações de sensibilização e formação de forma a favorecer a intervenção de proximidade com a comunidade.

### **3.3 Centro Infantil de Pevidém**

Ao nível do CIP, com o objetivo de poder ser uma referência concelhia nas prestações sociais dirigidas à infância, continuamos a apostar nas melhores condições de trabalho, de acesso e no processo educativo. Destas, são de salientar:

- i) As atividades pedagógicas em salas ajustadas às faixas etárias e necessidades das crianças, tendo sempre em consideração as normas emanadas dos Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para o funcionamento da creche, ensino pré-escolar e ATL;
- ii) As atividades curriculares, no âmbito da educação física e educação musical, e as atividades extra-curriculares, no domínio do *hip-hop*, escola de futebol e inglês;
- iii) O desenvolvimento de atividades de apoio às crianças com necessidades educativas especiais (NEE), com o apoio da Terapia da Fala, Psicologia e Intervenção Precoce da SCM Riba de Ave. No ano letivo de 2016/2017, foram onze as crianças com NEE a frequentaram o CIP, sendo que duas são apoiadas na Instituição pela equipa de intervenção precoce e nove pela equipa de Terapia da Fala da SCM Riba de Ave;



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

- iv) As várias atividades realizadas com os pais e encarregados de educação que, através de reuniões alargadas, reuniões por sala e a participação em atividades com as próprias crianças, promoveram a sua integração no processo educativo;
- v) As comemorações de quarenta e nove efemérides ao longo do ano letivo 2016/2017;
- vi) As ações de comunicação do CIP que, envolvendo ainda instituições locais, continuaram a basear-se na distribuição porta a porta de material específico para a divulgação do Centro. Em 2017, o portal do CIP veio permitir uma mais eficaz comunicação e interação com os pais, encarregados de educação e comunidade em geral, sendo ainda constantes as publicações periódicas na página do Facebook do Centro Infantil;
- vii) Conclusão das obras de total remodelação das quatro salas de pré-escolar, das duas salas de berçário e da lavandaria;
- viii) No CIP, no final de julho 2017, estavam inscritas 72 crianças na creche, 89 no pré-escolar e 33 crianças em ATL;
- ix) O desenvolvimento dos recursos humanos afetos ao CIP, com ações de formação adequadas às necessidades dos diferentes grupos profissionais, de entre os quais se destacam:
  - a) Encontro regional de apresentação das orientações curriculares para o pré-escolar (8 educadoras, com sete horas de formação);
  - b) Workshop de Pediatria sobre a promoção do desenvolvimento da criança (1 educadora, com 3 horas de formação);
  - c) A literatura infantil no Jardim de Infância: Estratégias, importância, atividades (1 educadora, com 4 horas de formação);
  - d) Curso de Formação *Online* do Projeto Nutriciência, com duração de 10 semanas, participando todas as educadoras do CIP;
  - e) Autismo e o "The Son-Rise Programme" (3 educadoras, com 2 horas de formação).
- x) Avaliação de desempenho dos colaboradores.

### 3.4 Serviço de Alimentação e Dietética

Em 2017, o Serviço de Alimentação e Dietética (SAD) continuou a ter a seu cargo as ementas do HNF e do CIP, assim como a responsabilidade pela consulta externa de Nutrição, pela formação e educação alimentar e, em estreita cooperação com a Área de Intervenção Social, pelo PEA - CS. Assim, é de salientar:

- i) A elaboração de uma ementa anual para o serviço de alimentação da SCM Riba de Ave, compreendendo oito semanas de refeições, almoços e jantares, com pratos de carne, peixe e dietas diferenciadas (dieta geral, dieta mole e dieta ligeira). Como medida essencial para uma melhor gestão dos consumos necessários, controlaram-se os desperdícios que anteriormente se verificavam;
- ii) No sistema Hazard Analysis and Critical Control Point (HACCP), implementado no HNF e no CIP, manteve-se o contrato com a empresa OrtigaQual com a realização de análises microbiológicas;
- iii) Aquisição de um carrinho para a distribuição do almoço e jantar no SIC, devidamente adequado aos tabuleiros em uso e semelhante aos que existem na UCCI e no SIM, conseguindo-se, assim, procedimentos uniformes de distribuição de refeições no Hospital.

### **3.5 Gabinete de Comunicação e Imagem**

Em 2017, através do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI), é possível destacar:

- i) O Portal da SCM Riba de Ave continua com uma média de 83 visitas diárias, agora com particular destaque para a posição que os residentes do Distrito de Lisboa assumem, mantendo-se, porém, os internautas de Braga e do Porto como os maiores utilizadores. Tem vindo também a aumentar o número de pré-marcações de consultas e de exames através da plataforma, tendo sido atingidas cerca de 25 por mês;
- ii) Também em 2017 continua a ser de realçar a forte atividade que se tem concentrado no Facebook, com aumentos significativos de seguidores nas páginas da SCM Riba de Ave, do HNF e do CIP. Neste campo, é de destacar o crescimento da página do Centro Infantil que, com um aumento de 27%, atingiu já os 1.221 seguidores. Relativamente às páginas da SCM Riba de Ave



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

e do HNF, constata-se um incremento de 10% (2.341 seguidores) e de 4% (4.972 seguidores), respetivamente. O aumento do alcance das publicações e das reações do CIP foi notório ao longo de todo o ano, com um crescimento de 33% e 140%, respetivamente, com particular destaque para os artigos do Dia do Pai, da Festa de Encerramento do Ano Letivo, das atividades do ATL e da Inauguração das Obras de Reabilitação do Berçário e do Pré-Escolar. Relativamente às páginas da SCM Ribadave e do Hospital, é notório o entusiasmo com que os internautas reagiram às publicações relacionadas com o lançamento da 1.ª Pedra do CIDIFAD, com as atividades comemorativas dos 90 anos da Instituição, em particular com a dedicada à conferência “As Misericórdias e a Saúde: Hospitais e Unidades de Cuidados Continuados”, e as que destacaram o processo de Acreditação do Hospital Narciso Ferreira;

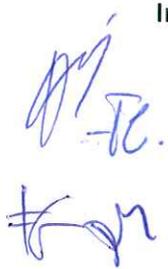
iii) A elaboração dos n.º 7 e 8 do boletim informativo “Misericórdia Informa”, com particular destaque para as entrevistas do Dr. Narciso Oliveira, do Dr. José Cerqueira, da Dra. Teresa Faria e do Sr. Provedor da SCM Ribadave, assim como a referência a várias atividades realizadas no âmbito das comemorações dos 90 anos da Instituição, do Processo de Acreditação e, ainda, a referência ao apoio concedido pela SCM Ribadave à missão humanitária da HumanitAVE na Guiné-Bissau;

iv) Das atividades realizadas, destaca-se, também, o trabalho desenvolvido para a presença da SCM Ribadave na III Mostra Associativa de Ribadave.

### 3.6 Serviço de Informática

Em 2017, o Sin concluiu alguns investimentos importantes, onde se destacam:

- i) Substituição de 17 computadores obsoletos e adaptação do Centro de Formação Contínua com 10 computadores e 2 projetores;
- ii) Virtualização dos servidores da SCM Ribadave, renovação da infraestrutura de rede e o reforço do perímetro de segurança com a instalação de uma *Firewall*;
- iii) Migração do ERP para a versão 9 do PRIMAVERA;
- iv) Ajustamento da faturação à atividade da Unidade de Ambulatório de Gastroenterologia (UAG);



- v) Elaboração da base de dados da SCM Riba de Ave para gestão de contatos e outras informações relativas Irmãos;
- vi) Execução de recibo que permita a quitação das quotas dos irmãos da SCM Riba de Ave;
- vii) Adaptação do logo comemorativo dos 90 anos da SCM Riba de Ave à faturação emitida;
- viii) Instalação de uma solução *wireless* centralizada a todo o Hospital;
- ix) Renovação do parque de fotocopiadoras e impressoras do Hospital;
- x) Configuração para alojamento dos servidores e computadores numa plataforma *Cloud*.

### **3.7 Hospital Narciso Ferreira/Direção Técnica**

Em 2017, o Hospital Narciso Ferreira e a sua Direção Técnica tiveram como responsabilidade fundamental a gestão de toda a atividade clínica, promovendo, em simultâneo, uma melhoria contínua dos cuidados de saúde prestados à comunidade.

Assim, as áreas chave continuaram a ser focalizadas nos utentes/utilizadores e nos profissionais da nossa Instituição, principalmente:

1. Prestações de saúde, valorizando os direitos dos utentes e os respetivos resultados e ganhos em saúde;
2. Acessibilidade, qualidade, segurança e satisfação dos cuidados de saúde para todos, fomentados numa abordagem coesa, transetorial e interdisciplinar;
3. Fomentar e criar sinergias para as boas práticas, enquadradas nos princípios de atuação éticos, justos, coesos e envolvendo todas as áreas do Hospital.

Das metas e objetivos em 2017, são de ressaltar:

1. O trabalho na área da qualidade, com o Processo da Acreditação do Hospital Narciso Ferreira;
2. A operacionalização dos projetos lançados no Plano de Atividades 2016 foram totalmente cumpridos;



*[Handwritten signature and initials]*

3. O Plano da melhoria contínua da Qualidade e Eficiência na gestão dos seus recursos humanos, físicos e materiais, foram totalmente cumpridos;
4. O crescimento e a ampliação da capacidade de resposta em cuidados de saúde de forma sustentada no cumprimento da nossa Missão foram parcialmente cumpridos;
5. O zelo no combate ao desperdício nas atividades clínicas da organização hospitalar foi totalmente cumprido;
6. A organização de medidas de maturação e de implementação com base no custo-benefício foi totalmente cumprido.

### 3.7.1 Das atividades desenvolvidas obrigatórias e previstas na lei

1. O tratamento de reclamações foi totalmente cumprido;
2. O acompanhamento do Projeto SINAS foi totalmente cumprido;
3. A política documental foi totalmente cumprida;
4. Os pedidos de relatórios médicos e informações clínicas pelos utentes e entidades externas foram totalmente cumpridos;
5. O acompanhamento, gestão e monitorização do Programa Consulta a Tempo e Horas foi totalmente cumprido;
6. O acompanhamento, gestão e monitorização da produção cirúrgica, consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) do HNF foi totalmente cumprido;
7. O acompanhamento, gestão e monitorização do Acordo de Cooperação com a ARS Norte foi totalmente cumprido;
8. A supervisão clínica da atividade hospitalar foi totalmente cumprida;
9. A promoção da melhoria contínua a todos os níveis da prestação e o desempenho dos serviços e departamentos clínicos, bem como de todos os colaboradores médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e Terapêutica (TDT), foi totalmente cumprida;

- 
10. O mapeamento e a operacionalização de agendamentos e de agendas de consulta externa das diversas especialidades foram totalmente cumpridos;
  11. O mapeamento e a operacionalização de agendamentos dos blocos operatórios foram totalmente cumpridos.

### 3.7.2 Das atividades específicas desenvolvidas em 2017

1. Programa de Acreditação do Hospital Narciso Ferreira - Promoção, acompanhamento e integração no Grupo Coordenador para a Qualidade, apoiando a Gestora do Programa no exercício das suas funções, ainda parcialmente cumprido;
2. Formação profissional específica para melhoria contínua dos programas em curso:
  - a) Informatização do processo clínico a todos os profissionais da área clínica (médicos, enfermeiros e TDT) para os sistemas de informação na saúde foi parcialmente cumprido;
  - b) Programa de reanimação Intra-Hospitalar, totalmente cumprido, aos médicos, enfermeiros e TDT, que não pertençam ao Serviço de Urgência, com suporte básico de vida (SBV) com Desfibrilhação Automática Externa, aos médicos e enfermeiros do Serviço de Urgência com suporte avançado de vida (SAV) e, aos restantes colaboradores do HNF, com o suporte básico de Vida;
  - c) Formação em política documental institucional (alinhada com o Processo de Acreditação) foi totalmente cumprida a todos os coordenadores e responsáveis de cada área.
3. Informatização do processo clínico (UCCI, SIC, bloco operatório, consultas externas e MCDT) com vista à total desmaterialização do processo clínico em papel, onde se incluem novas parametrizações do SClínico face às funcionalidades do sistema e acompanhamento/formação por equipa externa, foi parcialmente cumprida;
4. Em articulação com o DQFC, promover e colaborar na melhoria e atualização contínua da documentação clínica de suporte à atividade dos profissionais, foi totalmente cumprida;
5. Acompanhar os processos de auditorias externas e promover as melhorias que delas vieram a ser identificadas, foram totalmente cumpridos.



§  
PJ  
FE.  
07

6. O reforço e a cultura de segurança clínica, com base nas metas definidas pela Organização Mundial da Saúde, foram totalmente cumpridos;
7. Promover auditorias internas para diagnóstico e implementação de medidas corretivas às boas práticas dos profissionais das áreas clínicas, foi totalmente cumprido.
8. Operacionalizar a estrutura física e o modelo funcional do DQFC/CFC/Gabinete da Qualidade/Gabinete do Utente e Contencioso para desenvolvimento efetivo de uma cultura de melhoria contínua e satisfação dos utilizadores (utentes e colaboradores), foi totalmente cumprido.
10. A melhoria e o reforço do SI com um profissional diferenciado, com conhecimento das ferramentas em uso (SClínico, SONHO e PRIMAVERA) e conhecimento na área da programação informática, foram totalmente cumpridos.

### 3.7.3 Das reorganizações, melhorias e equipamentos dos serviços

1. A promoção da melhoria contínua e a organização funcional dos Serviços/Departamentos, com regulamentos internos e organigramas estruturo-funcionais, devidamente atualizados, foram parcialmente cumpridos, nomeadamente na:
  - Unidade de Cuidados Continuados Integrados e Serviço de Internamento Médico
  - Serviço de Internamento Cirúrgico
  - Unidade de Medicina Física e Reabilitação (MFR)
  - Unidade de Oftalmologia (UOF)
  - Serviço de Bloco Operatório
  - Unidade de Ambulatório de Gastrenterologia (UAG)
  - Serviço de Urgência (SU)
  - Serviço de Consulta Externa (CE)
  - Serviço de Imagiologia (IMG)
  - Direção Técnica

2. Maximizar o funcionamento da UAG, com a divulgação do serviço e aproximação ao público-alvo com o convite a médicos de família e diretores de Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) para conhecer a Unidade, foi parcialmente cumprido;
3. Promover reuniões semestrais, por especialidade, com os médicos de modo forma a alinhar objetivos estratégicos para a organização, foram parcialmente cumprido.
4. Supervisionar a aquisição do equipamento para o DQFC, nomeadamente o mobiliário para o CFC, o material informático, os manequins de SBV e SAV e o DAE de treino, o equipamento de eletrocardiograma com doze derivações e ligação em rede para o Centro de Cardiopneumologia e o equipamento Fotofinder, para a Dermatologia, foi totalmente cumprido.

#### 3.7.4 Da área do Serviço de Farmácia

1. Implementação de um sistema de prescrição informatizado;
2. Criação de um procedimento interno de “Gestão e Controlo dos Prazos de Validade dos Fármacos e Produtos Farmacêuticos”;
3. Elaboração e implementação da política “Gestão e Controlo dos Prazos de Validade dos Fármacos e Produtos Farmacêuticos e Produtos Clínicos”, dirigida a todos os serviços clínicos;
4. Atualização do “Formulário Interno de Medicamento do HNF”;
5. Elaboração do “Guia de Equivalência Terapêutica”;
6. Atualização dos documentos internos do Serviço de Farmácia, nomeadamente instruções de trabalho e folhas de registos;
7. Elaboração de documentos informativos dirigidos aos serviços clínicos, tais como o “Sistema de Distribuição de Medicamentos Hemoderivados” e “Sistema de Distribuição de Medicamentos Estupefacientes e Psicotrópicos”;
8. Atualização das folhas de *stock* de cada um dos serviços clínicos, bem como atualização da folha de controlo de *stock* dos carros de emergência;



97  
7e.  
DN

9. Atualização do plano de higienização ambiental do Serviço de Farmácia;
10. Identificação, no Serviço de Farmácia e nos diferentes serviços clínicos, dos medicamentos e produtos farmacêuticos de acordo com as políticas de alto risco, nomeadamente os de alto risco e dos *Look Alike Sound Alike* (LASA);
11. Aquisição de uma nova balança analítica;
12. Elaboração do relatório “Análise de Prescrições Médicas na UCCI”;

### 3.7.5 Da área da Unidade de Ambulatório de Gastrenterologia:

Concluído o seu segundo ano de existência, embora mantendo algumas vicissitudes de uma Unidade em crescimento, encontra-se a evoluir de forma expectável e, aparentemente, sem “não conformidades” significativas, sendo que foram atingidos a maior parte dos objetivos previstos. Dentro das atividades desenvolvidas, destacam-se:

1. Realização de 4.500 procedimentos endoscópicos, com cerca de 2.000 colonoscopias e 2.500 endoscopias alta;
2. Realização de formação formal e informal a vários colaboradores no CFC;
3. Manutenção da parceria com o Centro Hospital do Médio Ave;
4. Mecanismos de garantia de qualidade, como o controlo microbiológico do reprocessamento dos endoscópicos e inquéritos de satisfação aos utentes, foram implementados;
5. Foi disponibilizada a realização de exames aos sábados;
6. Foi introduzido o envio de SMS pré-exame, relembrando os tempos de dieta, preparação e data/hora de exame;
7. Acordo com laboratório com convenção para exames dos utentes de alguns subsistemas;
8. Elaboração do “Mapa Local de Risco”.

### 3.7.6 Da área do Departamento de Qualidade, Formação e Contencioso

M. Fe.  
A. M.

O DFQC visou assegurar a promoção, monitorização, facilitação e integração de todas as atividades previstas no plano de ação e destinado ao cumprimento das prioridades estratégicas emanadas pela SCM Riba de Ave.

Em 2017, desenvolveu a sua atividade em torno de três eixos de intervenção, designadamente as atividades inerentes ao processo de Acreditação do Hospital Narciso Ferreira, nas áreas da qualidade, como processos, estruturas e resultados, a atividade na área do Gabinete do Utente e Contencioso e, finalmente, na área da formação institucional.

O Plano de formação institucional foi estruturado por áreas temáticas, nomeadamente:

- Criação, manutenção e divulgação da documentação;
- Cuidados de emergência;
- Parametrização do SClínico para médicos e enfermeiros;
- Prevenção e controlo da infeção hospitalar através da higienização ambiental, uso e gestão de Luvas e resíduos hospitalares;
- Qualidade e segurança do utente através da gestão do risco hospitalar;
- Documentação informativa para assistência ao utente;
- Âmbito de atuação das Comissões para Informatização do Processo Clínico, Proteção e Confidencialidade dos Dados em Saúde e Segurança Informática na perspetiva do utilizador de sistemas.

No âmbito da qualidade do trabalho, 2017 teve grande relevo nas atividades desenvolvidas com o Processo de Acreditação, nomeadamente no que concerne ao apoio na elaboração de documentos transversais à SCM Riba de Ave e no que diz respeito às auditorias, dando continuidade ao trabalho de acompanhamento e de execução junto dos diversos serviços com a elaboração de políticas, procedimentos, diretrizes e normas para o Hospital e onde se destacam:

- Auditorias às Precauções Básicas de Controlo de Infeção;
- Auditorias ao correto cumprimento da proteção de dados;



*Handwritten initials and numbers: Jey, 76, 07*

- Auditoria ao cumprimento da Política de Fardamento;
- Apreciação e elaboração do Relatório de Avaliação da Satisfação dos Utentes;
- Elaboração, na área Assistencial, do Plano Anual de Auditoria Interna;
- Apoio na recolha e no tratamento de informação solicitada por entidades externas.

O âmbito de atuação do Gabinete do Utente e Contencioso assentou, sobretudo, na gestão de reclamações dirigidas à SCM Riba de Ave, resultando, semestralmente, na emissão de relatórios.

### 3.7.7 Da área da Promoção da Saúde

No âmbito da promoção da saúde, os objetivos principais eram conhecer:

- As mais prementes necessidades de saúde da população de referência e as características da procura de serviços;
- Planificar ações de intervenção na comunidade para abordar as necessidades identificadas;
- Propor ações de promoção de saúde planificadas;
- Planificar atividades de promoção da saúde em colaboração com outras organizações locais de representação da cidadania;
- Em colaboração com organizações locais representantes da população, planificar atividades, como palestras, *workshops* e participação em conferências, para promoção da saúde e prevenção de acidentes;
- Propor medidas para a dádiva de sangue e seus derivados, bem como órgãos e tecidos;
- Monitorizar os resultados das diferentes campanhas.

Destes, em 2017 destacam-se:

- Dádiva de Sangue e Medula Óssea, em parceria com o IPST;
- Dia Mundial da Higienização das Mãos;
- Realização de Rastreamentos de Saúde, como diabetes, hipertensão arterial, campos visuais e pé diabético;

## Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave

pe.  
+8 m

- Palestra comemorativa do Dia Mundial da Hipertensão;
- Cuidados com a ergonomia no Dia Mundial da Fisioterapia;
- Palestra e rastreios no Dia Mundial do Coração;
- Promoção da alimentação saudável no Dia Mundial da Alimentação;
- Palestra e rastreios no Dia Mundial da Diabetes.



  
 FL  
 DN

#### 4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE

##### 4.1 Hospital Narciso Ferreira

A atividade do Hospital Narciso Ferreira pode ser observada no quadro seguinte:

	2015	2016	2017
Serviço de Urgência	55.876	60.813	57.571
Intervenções Cirúrgicas	5.738	5.808	5.934
Consultas Externas	67.418	66.211	68.948
Exames Complementares de Diagnóstico	71.716	80.003	83.384
Tratamentos de Fisioterapia	300.147	295.309	320.208
<b>TOTAL</b>	<b>500.895</b>	<b>508.144</b>	<b>536.045</b>

Fig. 1 - Atividade do Hospital Narciso Ferreira

Perante os resultados apresentados, são de salientar os 536 mil atos clínicos, número nunca antes atingido pelo Hospital, com particular destaque para as consultas externas, exames e tratamentos de Fisioterapia

Em comparação com o ano anterior, verificou-se:

a) Um crescimento nos serviços:

- **Intervenções Cirúrgicas:** Com um aumento de 2% entre 2016 e 2017, reforçando o crescimento já verificado em 2016;
- **Consultas Externas:** Variação de 4% face ao ano anterior;
- **Exames Complementares de Diagnóstico:** Considerável aumento de 4% entre 2016 e 2017;
- **Tratamentos de Fisioterapia:** Forte de crescimento de 8% face a 2016.

b) Uma redução no serviço:

- **Serviço de Urgência:** Recuo de 5% face ano anterior.

*Handwritten notes:*  
 76  
 78 01

#### 4.2 Unidade de Cuidados Continuados Integrado e Serviço de Internamento Médico

Relativamente à Unidade dos Cuidados Continuados e ao Serviço de Internamento Médico, podemos destacar:

Tipo de Valência	Camas	Dias de Internamento		
		2015	2016	2017
Longa Duração	14	5.048	5.084	5.062
Média Duração	25 <sup>a)</sup>	3.771	4.954	8.572
Convalescença	14	4.577	4.576	4.574
SIM	17 <sup>b)</sup>	722	6.974	2.153

Fig. 2 - Internamento UCCL e SIM

a) Até outubro/16 o número de camas foi de 11.

b) Até outubro/16 o número de camas foi de 30.

Em 2017, beneficiaram destes cuidados 376 utentes, resultando num crescimento de 25% face ao ano anterior. Este incremento resultou numa taxa de ocupação da Unidade de 94,12%, a mais alta alguma vez alcançada.

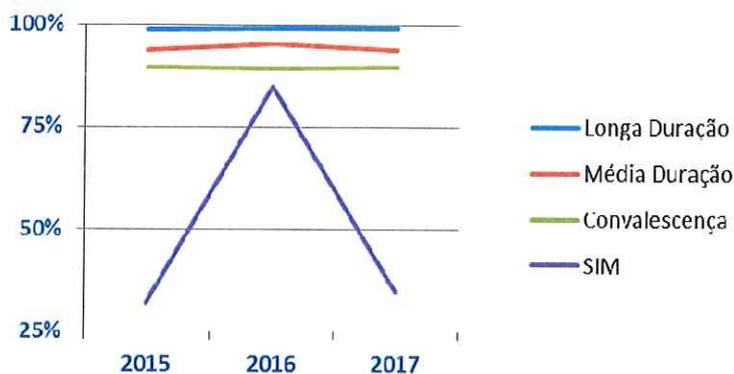


Fig. 3 - Taxa de Ocupação UCCL e SIM

Como se pode verificar, todas as tipologias ultrapassaram em larga margem o rácio de 85% o que, excetuando os gastos com a medicação, garante um financiamento a 100%.

A atividade do SIM, por seu lado, registou uma taxa de ocupação de 34,70% fruto da menor referência por parte do Hospital Senhora da Oliveira.



*Jy*  
*FL*  
*DM*

#### 4.3 Centro Infantil de Pevidém

No que diz respeito ao CIP, podemos também verificar que 2017 termina com 187 inscrições divididas pela creche, pré-escolar e ATI, atingindo o mais elevado valor desde setembro de 2012, momento em que a SCM Ribadave assumiu a gestão do Centro.

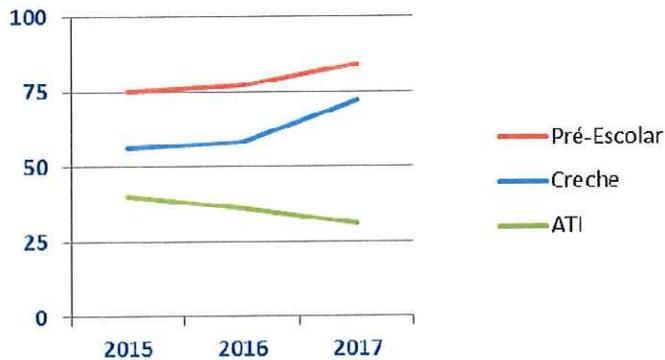


Fig. 4 - Inscrições CIP

Handwritten initials and numbers: "78 91" and "78 91" with a signature-like mark.

## 5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 5.1 - VALÊNCIAS E PROGRAMAS

#### 5.1.1 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE

Do exercício de 2017, ressaltam as duas grandes rubricas relativas ao período:

	2015	2016	2017
Rendimentos	15.700.036 €	17.072.750 €	17.534.127 €
Gastos	14.047.570 €	15.632.369 €	16.142.377 €
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>1.652.465 €</b>	<b>1.440.381 €</b>	<b>1.391.750 €</b>
Evolução dos Rendimentos	4,17%	8,74%	2,70%
Evolução dos Gastos	7,23%	11,28%	3,26%

Fig. 5 - Resultados Anuais

Em 2017, embora se tenha verificado um aumento dos gastos superior a 3%, constatamos um crescimento dos rendimentos de 2,70%, permitindo, pela primeira vez, superar a barreira dos 17.5 milhões de euros.

O aumento dos gastos resulta, fundamentalmente, das depreciações referentes à reabilitação do Centro Infantil de Pevidém e da atualização dos vencimentos que definiu em o salário mínimo da SCM Riba de Ave em 600 €.

Do lado dos proveitos, verificaremos que o seu forte crescimento se deveu, essencialmente, à realização de cirurgias no âmbito do SIGIC e ao aumento dos exames realizados na nova Unidade de Gastreenterologia.

Deste modo, com rendimentos que superaram os 17.5 milhões de euros, permitindo atingir o mais elevado volume de faturação alguma vez alcançado pela SCM Riba de Ave, e com gastos que se limitaram a 16.1 milhões de euros, é possível apurar um resultado líquido de 1.391.750 €.



#8  
 Jey  
 40.  
 97

	2015	2016	2017
Prestação de Serviços	15.445.401 €	16.823.801 €	17.305.346 €
<b>Volume de Negócios</b>	<b>15.445.401 €</b>	<b>16.823.801 €</b>	<b>17.305.346 €</b>
Compras	1.991.179 €	2.100.606 €	2.014.832 €
Forn. Serv. Externos	1.530.123 €	1.948.564 €	1.844.602 €
Encargos com Pessoal	10.027.063 €	10.646.725 €	11.339.211 €
<b>EBITDA</b>	<b>1.897.036 €</b>	<b>2.127.905 €</b>	<b>2.106.701 €</b>
Depreciações	414.502 €	837.522 €	911.306 €
Outros Rendimentos	254.635 €	251.194 €	228.781 €
Outros Gastos	84.704 €	101.196 €	32.426 €
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1.652.465 €</b>	<b>1.440.381 €</b>	<b>1.391.750 €</b>

Fig. 6 - EBITDA

Através do quadro anterior, é possível confirmar a linha de crescimento de que nos últimos anos tem usufruído a prestação de serviços da SCM Riba de Ave.

Do lado dos gastos, é de realçar a poupança conseguida nas rúbricas das *Compras* e dos *Fornecimentos e Serviços Externos*.

O ano de 2017 termina, assim, com o segundo mais elevado EBITDA registado pela SCM Riba Ave, mantendo-se acima dos 2.1 milhões de euros.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

No que aos **rendimentos** diz respeito, podemos estabelecer as seguintes comparações:

Rendimentos	2016	Orç. 2017	2017	Δ 16/17 (%)	Δ Orç./17 (%)
Cirurgias	8.960.833 €	8.738.544 €	9.597.613 €	7,11%	9,83%
Consultas	1.588.277 €	1.592.151 €	1.674.206 €	5,41%	5,15%
UCCI / CIP / CS	3.184.145 €	2.762.300 €	2.535.961 €	-20,36%	-8,19%
Serviço de Urgência	1.353.269 €	1.383.920 €	1.347.195 €	-0,45%	-2,65%
MCDT	1.044.116 €	1.292.800 €	1.294.105 €	23,94%	0,10%
Fisioterapia	811.125 €	820.800 €	845.853 €	4,28%	3,05%
Outros	130.985 €	101.950 €	239.194 €	82,61%	134,62%
<b>TOTAL</b>	<b>17.072.750 €</b>	<b>16.692.465 €</b>	<b>17.534.127 €</b>	<b>2,70%</b>	<b>5,04%</b>

Fig. 7 - Rendimentos

Comparando com o orçamento, é de destacar o desvio positivo nas rubricas das *cirurgias*, fruto da forte produção cirúrgica ao abrigo do Programa SIGIC que, pela sua natureza conjetural, não havia sido perspectivado para o ano em causa, e das *consultas* ao abrigo do Contrato-Programa.

Como desvio negativo, destacam-se os rendimentos associados ao SIM que, pela inesperada quebra de referençações por parte do Hospital Senhora da Oliveira, de Guimarães, foi apenas de 57% face ao que havia sido projetado.

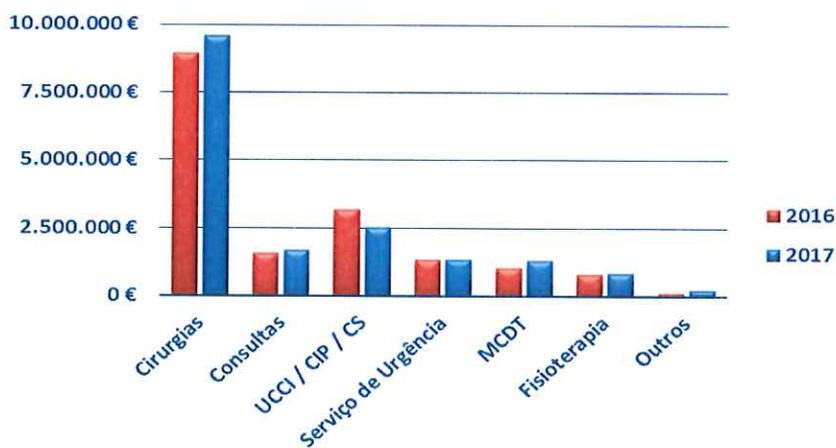


Fig. 8 - Rendimentos



#8  
Te.  
D7

Relativamente aos **gastos**, podemos efetuar as seguintes comparações:

Gastos	2016	Orç. 2017	2017	Δ 16/17 (%)	Δ Orç./17 (%)
Prestadores de Serviços	5.237.236 €	5.150.000 €	5.342.588 €	2,01%	3,74%
Pessoal	5.415.505 €	5.546.770 €	5.996.623 €	10,73%	8,11%
Compras	2.124.308 €	2.185.050 €	2.014.832 €	-5,15%	-7,79%
Outros	898.343 €	597.894 €	943.732 €	5,05%	57,84%
Gastos Correntes	1.432.132 €	1.313.700 €	1.306.551 €	-8,77%	-0,54%
Conservação	362.627 €	410.250 €	378.165 €	4,28%	-7,82%
Subcontratos	162.218 €	150.000 €	159.886 €	-1,44%	6,59%
<b>TOTAL</b>	<b>15.632.369 €</b>	<b>15.353.664 €</b>	<b>16.142.377 €</b>	<b>3,26%</b>	<b>5,14%</b>

Fig. 9 - Gastos

Analisada a par do orçamento, é visível a variação negativa nas rubricas *Prestadores de Serviço*, resultante do crescimento da atividade, e *Gastos com Pessoal*, decorrente da atualização dos vencimentos e da transferência para o quadro de 25 enfermeiros prestadores de serviços.

Como variações positivas, observamos a redução nas rubricas *Compras* e *Gastos Correntes*, resultante de uma constante maximização dos recursos da SCM Riba de Ave.

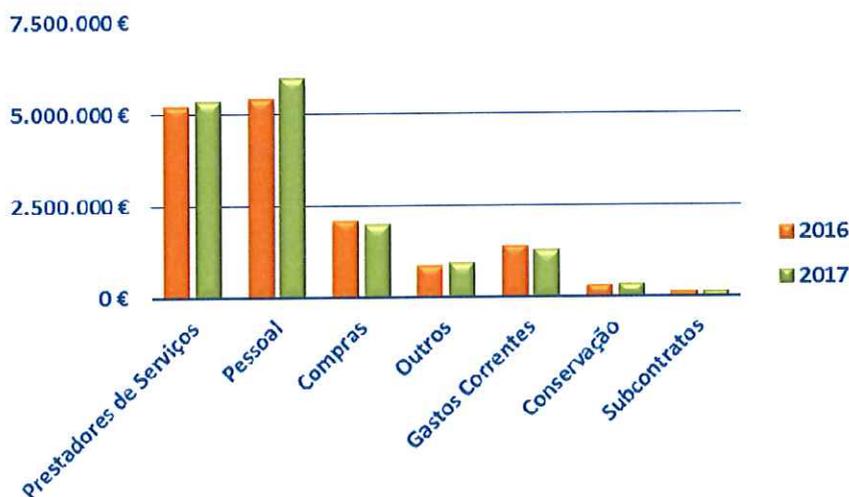


Fig. 10 - Gastos

Handwritten initials: JF, FC, AS, SM

5.1.1.1 - HOSPITAL NARCISO FERREIRA / UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS

	2015	2016	2017
<b>Rendimento Total</b>	<b>15.091.845 €</b>	<b>16.409.578 €</b>	<b>16.866.276 €</b>
Prestação de Serviços	14.856.107 €	16.197.702 €	16.667.677 €
Outros	235.738 €	211.876 €	198.599 €
<b>Gasto Total</b>	<b>13.298.024 €</b>	<b>14.896.523 €</b>	<b>15.424.975 €</b>
Encargos com Pessoal	9.639.001 €	10.230.925 €	10.861.873 €
Forn. Serv. Externos	1.277.895 €	1.749.381 €	1.683.531 €
Compras	1.945.232 €	2.046.364 €	1.965.103 €
Depreciações	410.401 €	833.418 €	881.779 €
Outros	25.495 €	36.435 €	32.689 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>1.793.821 €</b>	<b>1.513.055 €</b>	<b>1.441.301 €</b>

Fig. 11 - Resultados HNF e UCCI

5.1.1.2 - CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

	2015	2016	2017
<b>Rendimento Total</b>	<b>489.566 €</b>	<b>546.467 €</b>	<b>561.626 €</b>
Matrículas/Mensalidades	109.794 €	132.888 €	150.584 €
Comp. Segurança Social	360.875 €	374.261 €	380.860 €
Outros	18.897 €	39.318 €	30.182 €
<b>Gasto Total</b>	<b>632.899 €</b>	<b>630.650 €</b>	<b>623.131 €</b>
Encargos com Pessoal	417.409 €	450.291 €	471.749 €
Forn. Serv. Externos	115.624 €	67.536 €	66.800 €
Compras	68.160 €	79.589 €	49.729 €
Depreciações	4.101 €	4.104 €	29.264 €
Outros	27.605 €	29.131 €	5.589 €
<b>RESULTADO</b>	<b>-143.333 €</b>	<b>-84.184 €</b>	<b>-61.505 €</b>
Investimentos	90.882 €	12.648 €	0 €
Imputação à Cantina Social	34.635 €	47.279 €	40.311 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>-17.816 €</b>	<b>-24.257 €</b>	<b>-21.194 €</b>

Fig. 12 - Resultados CIP

À semelhança dos anos anteriores, devemos frisar que 40.311 € foram canalizados para o Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social (PEA - CS).



70.  
 91

Deste modo, ajustado o referido valor, o resultado do exercício é negativo em 21.194 €.

Este resultado continua a ser prejudicado pelo aumento de encargos que o Instituto da Segurança Social imputou à SCM Riba de Ave relativo às colaboradoras alocadas ao Centro Infantil de Pevidém. Este aumento, concretizado em 2016 e refletido também em 2017, não deveria ser imputado à SCM Riba de Ave uma vez que, segundo a alínea d), do n.º 1, da cláusula nona do Contrato Misto Atípico de Gestão e Comodato “O pagamento da remuneração devida aos trabalhadores será da responsabilidade do ISS, ficando assegurado no acordo de cooperação típico a celebrar que, no valor da comparticipação, será deduzido à SCM Riba de Ave o montante relativo aos vencimentos dos trabalhadores cedidos caso pertencessem aos seus quadros de pessoal.”.

Embora apresentando um resultado negativo, considerando as depreciações no valor de 29.264 €, são de salientar os meios libertos de 8.070 € atingidos pelo Centro Infantil.

#### 5.1.1.3 - PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR - CANTINA SOCIAL

	2015	2016	2017
<b>Rendimento Total</b>	118.625 €	118.950 €	106.225 €
Comp. Segurança Social	118.625 €	118.950 €	106.225 €
Outros	0 €	0 €	0 €
<b>Gasto Total</b>	116.648 €	107.441 €	94.271 €
Restaurantes	116.648 €	107.441 €	94.271 €
<b>RESULTADO</b>	1.977 €	11.509 €	11.954 €
Imputação do Centro Infantil	34.635 €	47.279 €	40.311 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>-32.658 €</b>	<b>-35.770 €</b>	<b>-28.357 €</b>

Fig.13 - Resultados CS

Considerando a imputação de 40.311 € canalizados do CIP, o valor do resultado é negativo em 28.357 €.

FS  
7c  
7n

## 5.2 - INVESTIMENTOS

Através do seguinte quadro, observamos a evolução dos investimentos da SCM Riba de Ave:

	2015	2016	2017
Edifícios	6.673.181 €	398.967 €	435.597 €
Terrenos	1.558.275 €	0 €	0 €
Equipamento Diverso	2.353.917 €	530.137 €	169.255 €
Investimentos em Curso	-6.068.475 €	395.982 €	230.918 €
<b>Total</b>	<b>4.516.898 €</b>	<b>1.325.086 €</b>	<b>835.771 €</b>

Fig. 14 - Investimentos

O ano de 2017, como se pode constatar, é marcado pela obra de reabilitação do Centro Infantil de Pevidém, nomeadamente no berçário e pré-escolar.

Na rubrica *Investimentos em Curso* está patente o início do investimento no CIDIFAD, bem como a obra para a construção do Centro de Formação Contínua da SCM Riba de Ave.

## 5.3 - RESULTADOS

	2015	2016	Orç. 2017	2017	Var. Orç. (%)
Rendimentos	15.700.036 €	17.072.750 €	16.692.465 €	17.534.127 €	5,04%
Gastos	14.047.570 €	15.632.369 €	15.353.664 €	16.142.377 €	5,14%
<b>Meios Libertos</b>	<b>2.066.967 €</b>	<b>2.277.903 €</b>	<b>1.917.575 €</b>	<b>2.303.056 €</b>	<b>20,10%</b>
Depreciações	414.502 €	837.522 €	578.774 €	911.306 €	57,45%
Investimentos	4.516.898 €	1.325.086 €	2.871.068 €	835.771 €	-70,89%
<b>Meios Libertos Líquidos</b>	<b>-2.449.931 €</b>	<b>952.817 €</b>	<b>-953.493 €</b>	<b>1.467.285 €</b>	<b>253,89%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1.652.465 €</b>	<b>1.440.381 €</b>	<b>1.338.801 €</b>	<b>1.391.750 €</b>	<b>3,95%</b>

Fig. 15 - Resultados

Embora com um crescimento dos gastos maior que o dos rendimentos, a variação orçamental positiva dos rendimentos foi superior ao dos gastos, permitindo que o resultado líquido se fixasse em 1.391 milhões de euros e fossem atingidos meios libertos de 2.303 milhões de euros, o mais elevado valor alguma vez alcançado pela SCM Riba de Ave.



*Handwritten signatures and initials:*  
F. L. M.

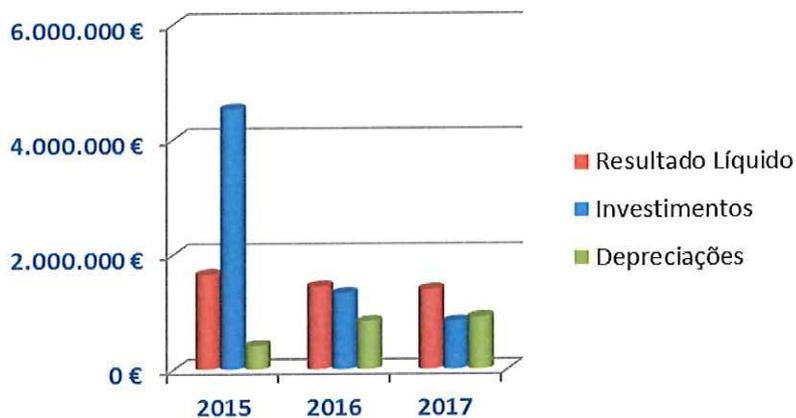


Fig. 16 - Evolução dos Resultados

O exercício de 2017, apesar da quebra do resultado líquido face ao ano anterior, permite, uma vez mais, atestar a sustentabilidade económico-financeira da SCM Riba de Ave, tendo o resultado líquido orçamentado sido ultrapassado em 3,95%.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

#### 5.4 - BALANÇO

	2015	2016	2017
<b>ATIVO</b>	<b>23.145.650 €</b>	<b>22.077.553 €</b>	<b>23.851.691 €</b>
Ativo Não Corrente	14.337.942 €	14.830.773 €	14.301.227 €
Ativo Corrente	8.807.708 €	7.246.780 €	9.550.464 €
Inventários	344.207 €	346.165 €	361.560 €
Dívidas de Terceiros	4.547.805 €	6.175.468 €	6.620.084 €
Meios Financeiros Líquidos	3.915.696 €	725.147 €	2.568.820 €
<b>PASSIVO</b>	<b>9.669.295 €</b>	<b>7.037.219 €</b>	<b>7.644.930 €</b>
Passivo Não Corrente	3.117.500 €	3.237.500 €	4.117.500 €
Passivo Corrente	6.551.795 €	3.799.719 €	3.527.430 €
Financiamento Externo	3.117.500 €	0 €	0 €
Fornecedores	1.052.428 €	1.021.740 €	859.915 €
Prestadores de Serviços	1.011.263 €	996.009 €	1.288.403 €
Outros	1.370.604 €	1.781.970 €	1.379.112 €
<b>PATRIMÓNIO</b>	<b>13.476.354 €</b>	<b>15.040.335 €</b>	<b>16.206.761 €</b>
Fundos Patrimoniais	11.823.889 €	13.599.954 €	14.815.011 €
Resultado Líquido	1.652.465 €	1.440.381 €	1.391.750 €

Fig. 17 - Balanço

No Ativo não Corrente, embora com o investimento concretizado no Centro Infantil de Pevidém e no Centro de Formação Contínua, é vivível o peso das depreciações do novo edifício do Hospital, bem como da UAG.

No Ativo Corrente, a rubrica dívidas de terceiros apresenta um crescimento de 7% face ao anterior período e que resulta do atraso da ARS Norte na liquidação da dívida referente ao Contrato-Programa 2016, bem como da produção do Programa SIGIC. Este atraso não tem um peso significativo nos meios financeiros líquidos graças ao pedido de adiantamento de 1 milhão de euros no âmbito do recurso à Iniciativa JESSICA reflete o aumento da rubrica Passivo não Corrente.

Embora o Passivo evidencie um crescimento de 8,6%, fruto do recurso ao financiamento JESSICA, este é amplamente ultrapassado pelo crescimento do Ativo em 1.774 milhões de euros,



JZ  
 72.  
 D7

permitindo atingir o mais elevado valor alguma vez concretizado pela SCM Riba de Ave e garantido um Património Líquido recorde de 16.206 milhões de euros.

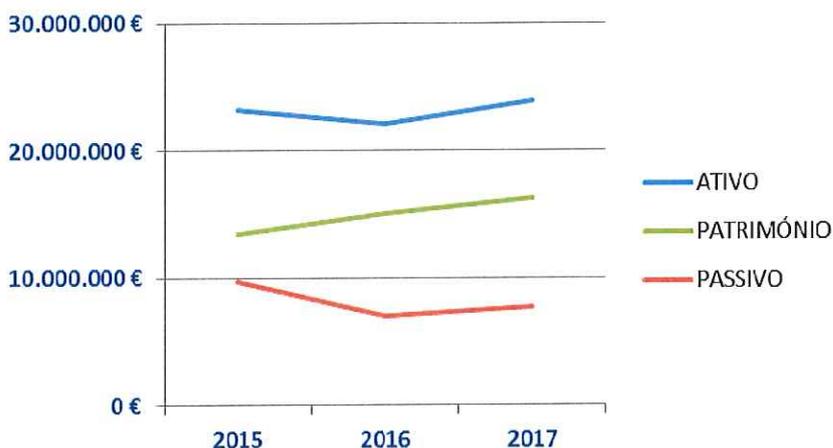


Fig. 18 - Evolução do Património

É possível assim constatar o sustentável crescimento da situação líquida da SCM Riba de Ave, finalizando o ano de 2017 com um património recorde de 16.206 milhões de euros e refletindo uma variação de 7,8% face ao final de 2016.

Em termos práticos, com o recurso a um financiamento a curto prazo no valor de 3.117.500 €, em 6 anos foi possível atingir um investimento de 13 milhões de euros e triplicar o património da SCM Riba de Ave.

*Handwritten notes in blue ink:*  
F.L.  
M

### 5.5 - FUNDO DE MANEIO

Após a devolução da Tranche BPI, no valor de 3.117.500 €, no âmbito do Financiamento JESSICA, o ano de 2017 reforça a robusta capacidade de fundo de maneiro da SCM Riba de Ave, ultrapassando os 6 milhões de euros.

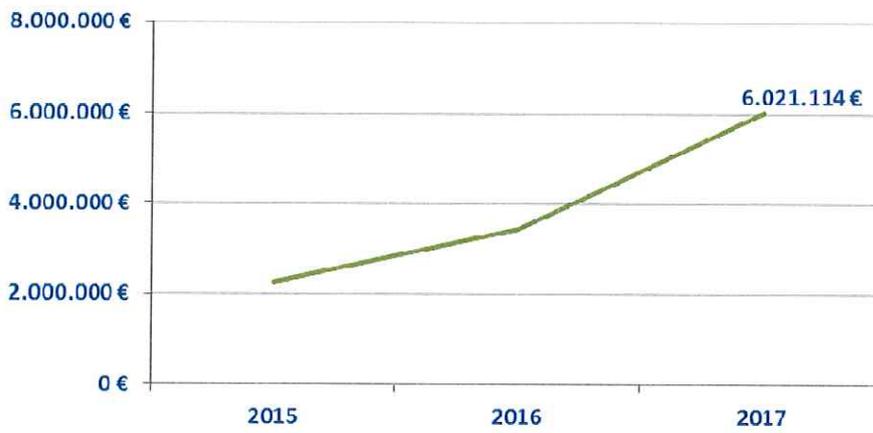


Fig. 19 - Evolução do Fundo de Maneio

### 5.6 - RECURSOS HUMANOS

O ano de 2017 terminou com 328 colaboradores do quadro e 213 trabalhadores independentes ao serviço da SCM Riba de Ave, totalizando 541 elementos.

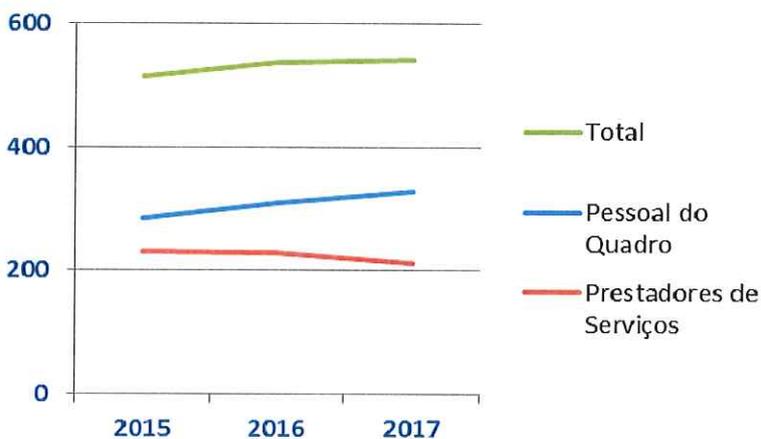


Fig. 20 - Evolução dos Recursos Humanos



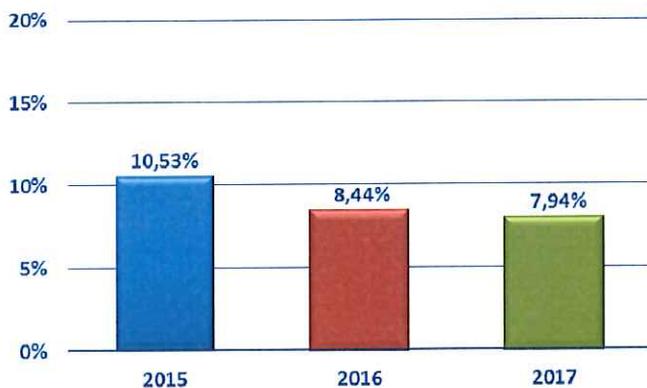
*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

O crescimento dos recursos humanos deriva da necessidade de ajustar o défice de pessoal presente em diversos serviços, ao mesmo tempo que, com o aumento da atividade, foi necessária a contratação de novos colaboradores de modo a serem cumpridos os rácios de pessoal necessário ao legal e bom funcionamento da atividade hospitalar.

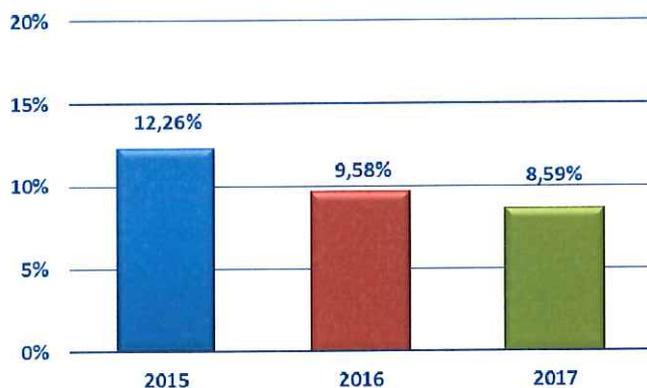
## 5.7 - RÁCIOS

### 5.7.1 - RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

#### Rendibilidade dos Rendimentos



#### Rendibilidade dos Capitais Próprios



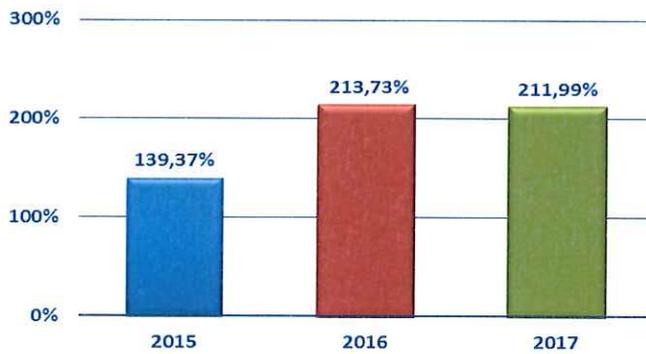
Handwritten notes: 76, 75, 07

### 5.7.2 - RÁCIOS DE TESOURARIA E ESTRUTURA FINANCEIRA

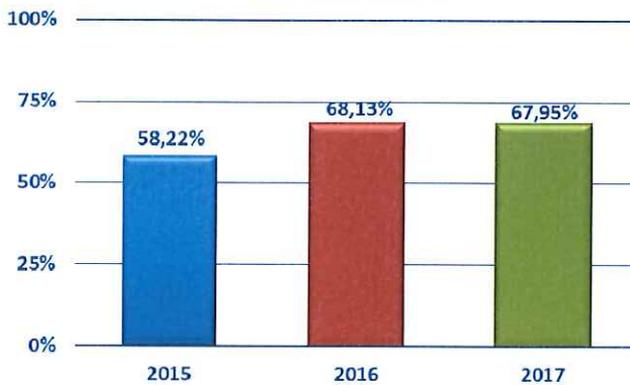
#### Coeficiente de Liquidez



#### Coeficiente de Solvabilidade



#### Coeficiente de Autonomia Financeira

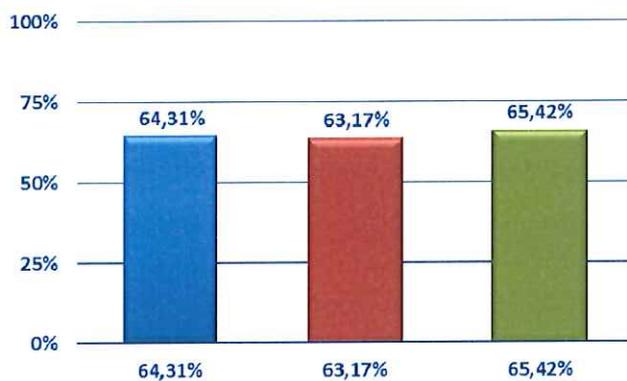




*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

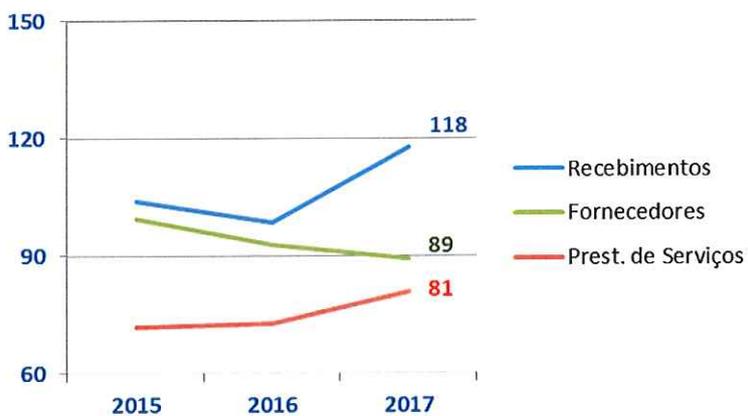
### 5.7.3 - RÁCIOS OPERATIVOS

#### Gastos com Pessoal/Rendimentos



#### Prazo Médio de Recebimentos e Pagamentos

(dias)



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos elementos económico-financeiros aqui apresentados, constata-se que o resultado orçamentado para 2017 foi alcançado. Para esta execução, verifica-se que, embora com muitas exigências nos indicadores e objetivos a atingir, o aumento salarial concretizado, os gastos com as comemorações dos 90 anos, a redução de 3% no preço pago pela ARS Norte para os MCDT e as despesas inerentes ao Processo de Acreditação do Hospital, foi no Contrato-Programa com a ARS Norte e nas cirurgias do SIGIC que surgiram as maiores contribuições para os resultados obtidos.

Ressalta deste relatório o crescimento da atividade que se traduz num significativo aumento dos rendimentos, permitindo que, pela primeira vez, estes alcançassem 17.5 milhões de euros. Esta realidade conduz-nos a outra relevante conclusão. Mesmo com um aumento de 2,7% dos rendimentos, é visível uma poupança de 6,4% nas *compras* e em outros *fornecimentos e serviços externos* diretamente relacionados com a produção. No entanto, esta poupança reveste-se ainda de maior importância quando verificamos que foi conseguida em contraciclo com o crescimento da atividade, revelando, assim, uma economia efetiva de 8,8% que resulta de uma mais eficiente gestão, do intenso combate ao desperdício, da constante atenção aos preços de mercado e da obtenção de descontos financeiros.

Nota-se neste Relatório de Atividades que a SCM Riba de Ave e a sua Mesa Administrativa continuaram, em 2017, a ter uma atenção muito especial com as famílias que, económica e socialmente, se encontram numa situação mais frágil e desfavorecida, proporcionando-lhes um crescimento e a diversificação de ações e projetos na área em que está inserida.

Continua a SCM Riba de Ave a manter uma política de organização do trabalho com critérios de seleção muito rigorosos, tendo em atenção os perfis exigidos para as prestações de saúde e sociais com que diariamente se vê confrontada e onde a diferenciação profissional se acentua cada vez mais.

A Mesa Administrativa continua muito participativa nas atividades da SCM Riba de Ave, assim como nos diversos eventos promovidos pela UMP, o que se traduz num maior conhecimento de



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

toda a orientação emanada dos diferentes Ministérios e das diferentes instituições em que o setor social se encontra inserido.

Ressalta deste Relatório uma solidificação do compromisso que a SCM Riba de Ave tinha com a Qualidade do Hospital Narciso Ferreira e que, através da aposta no Processo de Acreditação pela Direção-Geral da Saúde, poderá resultar em ganhos no seu dinamismo, já por si evidenciado pelos sucessivos resultados positivos ao longo dos últimos anos, nos indicadores económicos da Instituição, bem como na visibilidade e imagem externa que, cada vez, se mostra mais robusta e consolidada.

Da análise do relatório, sobressai ainda a boa autonomia financeira, assim como a capacidade da SCM Riba de Ave em assumir compromissos a curto, médio e longo prazo.

Ainda como conclusão, esta Mesa Administrativa tinha como objectivo do seu mandato o aumento patrimonial da SCM Riba de Ave, a sustentabilidade da atividade e das contas, o alargamento das valências e dos cuidados e, com o apoio de todos e a dedicação dos funcionários, primeiramente do Sr. Administrador-Delegado, congratula-se por ter atingido os objetivos traçados.

JJ  
FE  
DM

## 7. PROPOSTAS

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do período de 2017.
2. Que o Resultado Líquido do Período obtido, positivo no valor de 1.391.750 €, seja aplicado e mantido na conta de Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os funcionários, colaboradores e administração da Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave pela meritória atividade desenvolvida ao longo do período.

Riba de Ave, 28 de março de 2018

A Mesa Administrativa

João José Machado Pereira  
Fernando Augusto  
D. António Neto

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE  
RIBA DE AVE**



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
2017**

## Índice

Balanço .....	50
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	51
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais .....	52
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	53
Anexo .....	54

## Balança

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	14.285.196,57	14.822.569,10
Investimentos financeiros	5	16.028,90	8.204,63
Subtotal		14.301.225,47	14.830.773,73
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	361.559,98	346.165,59
Créditos a receber	7	3.078.031,86	2.867.075,20
Estado e outros entes públicos	8	699.523,39	735.005,50
Diferimentos	9	24.344,59	28.300,61
Outros ativos correntes	10	2.834.179,02	2.545.135,92
Caixa e depósitos bancários	11	2.568.819,86	725.147,09
Subtotal		9.566.458,70	7.246.829,91
<b>Total do Ativo</b>		<b>23.867.684,17</b>	<b>22.077.603,64</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12	4.073.354,35	4.073.354,35
Reservas		36.132,88	36.132,88
Resultados transitados		9.450.512,59	8.222.636,93
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	1.255.011,25	1.267.829,72
Resultado líquido do período		1.391.750,57	1.440.381,34
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>16.206.761,64</b>	<b>15.040.335,22</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	14	-	120.000,00
Financiamentos obtidos	15	4.117.500,00	3.117.500,00
Subtotal		4.117.500,00	3.237.500,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	1.486.310,78	1.717.132,49
Estado e outros entes públicos	8	320.004,80	300.665,71
Diferimentos	9	1.312,30	13.123,18
Outros passivos correntes	17	1.735.794,65	1.768.847,04
Subtotal		3.543.422,53	3.799.768,42
<b>Total do passivo</b>		<b>7.660.922,53</b>	<b>7.037.268,42</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>23.867.684,17</b>	<b>22.077.603,64</b>

Riba de Ave, 05 de março de 2018

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

---

A Direção

*Handwritten signature: Francisco António...*  
*Handwritten signature: Daniel António...*

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	18	16.671.991,96	16.225.553,82
Subsídios, doações e legados à exploração	19	646.099,68	609.974,86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(2.014.832,01)	(2.124.308,31)
Fornecimentos e serviços externos	21	(7.132.080,98)	(7.051.447,54)
Gastos com o pessoal	22	(5.996.622,69)	(5.415.505,07)
Provisões (aumentos/reduções)	14	-	(120.000,00)
Outros rendimentos e ganhos	23	213.202,88	235.526,79
Outros gastos e perdas	24	(85.054,82)	(57.340,31)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2.302.704,02</b>	<b>2.302.454,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(911.306,81)	(837.522,23)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.391.397,21</b>	<b>1.464.932,01</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	2.833,06	1.694,32
Juros e gastos similares suportados	25	(2.479,70)	(26.244,99)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1.391.750,57</b>	<b>1.440.381,34</b>
Imposto sobre o rendimento do período	15		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.391.750,57</b>	<b>1.440.381,34</b>

Riba de Ave, 05 de março de 2018

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

\_\_\_\_\_

A Direção

*Francisco José de Almeida*  
*Francisco José de Almeida*  
*Francisco José de Almeida*  
*Doutor em Arte*

## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	4.073.354,35	36.132,88	6.570.171,69	1.144.229,85	1.652.465,24	13.476.354,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	-	1.652.465,24	123.599,87	(1.652.465,24)	
	2	-	-	1.652.465,24	123.599,87	(1.652.465,24)	123.599,87
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					1.440.381,34	1.440.381,34
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					1.440.381,34	1.563.981,21
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	4.073.354,35	36.132,88	8.222.636,93	1.267.829,72	1.440.381,34	15.040.335,22

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	4.073.354,35	36.132,88	8.222.636,93	1.267.829,72	1.440.381,34	15.040.335,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13			1.227.875,66	(12.818,47)	(1.440.381,34)	(225.324,15)
	7	-	-	1.227.875,66	(12.818,47)	(1.440.381,34)	(225.324,15)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					1.391.750,57	1.391.750,57
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					1.391.750,57	1.166.426,42
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	4.073.354,35	36.132,88	9.450.512,59	1.255.011,25	1.391.750,57	16.206.761,64

Riba de Ave, 05 de março de 2018

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

\_\_\_\_\_

A Direção

*Francisco António*  
*José Manuel Pereira*  
*Francisco*  
*D. J. O. M. M.*

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		16.600.686,96	14.839.230,63
Pagamento a fornecedores		(9.656.109,98)	(9.565.922,83)
Pagamentos ao pessoal		(4.820.843,67)	(4.219.801,65)
Caixa gerada pelas operações		2.123.733,31	1.053.506,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.027.554,31)	(598.753,27)
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.096.179,00	454.752,88
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	(270.499,22)	(672.474,68)
Investimentos financeiros		(7.828,96)	(7.831,08)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		4,69	37,18
Subsídios ao investimento		25.817,26	150.772,74
Juros e rendimentos similares		-	1.694,32
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(252.506,23)	(527.801,52)
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1.000.000,00	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	(3.117.500,00)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		1.000.000,00	(3.117.500,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.843.672,77	(3.190.548,64)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	725.147,09	3.915.695,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	2.568.819,86	725.147,09

Riba de Ave, 05 de março de 2018

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

\_\_\_\_\_

A Direção

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

## Anexo

### Em 31 de dezembro de 2017

#### 1. Identificação da Entidade

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE (ISCMRA) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (I.P.S.S.), com sede na Rua 25 de Abril, Freguesia de Riba de Ave, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Distrito de Braga. Instituída no ano de 1927, é uma associação de fiéis com personalidade jurídica, canónica e civil.

A Irmandade está reconhecida como I.P.S.S., mediante participação escrita da sua ereção canónica feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado e rege-se pelo Código do Direito Canónico e pela lei civil, simultaneamente, conforme o caso.

A sua atividade principal está definida pela CAE 85110 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento, através do Hospital Narciso Ferreira, designação adotada em 1933. Tem como atividades secundárias, a Educação Pré-Escolar (CAE 85100) e Atividades de Cuidados para Crianças sem Alojamento (CAE 88910).

A SCMRA exerce a sua ação, no campo social, através da prática das 14 Obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, mantendo, no plano especificamente religioso, o culto divino na sua Igreja.

Compete-lhe, nomeadamente:

- Manter as obras sociais existentes e promover o seu desenvolvimento;
- Cooperar com quaisquer entidades públicas ou privadas na satisfação de carências sociais, materiais ou morais, da população;
- Conservar, valorizar e divulgar o seu património com valor histórico e artístico;
- Gerir o seu valor social, segundo critérios de eficiência e sustentabilidade.

Os Corpos Sociais da ISCMRA são a **Assembleia Geral**, a **Mesa Administrativa** e o **Definitório**, sendo os seus elementos eleitos em lista completa pelo período de quatro anos civis, podendo eventualmente ser reeleitos.

A **Assembleia Geral** é composta pela reunião de irmãos inscritos no pleno gozo dos seus direitos.

Handwritten notes in blue ink, including the number '76' and a signature.

A **Mesa Administrativa** é constituída por um provedor, um vice-provedor, um secretário e um vogal suplente.

O **Definitório** é composto por três membros efetivos, um presidente, dois vogais e dois suplentes, competindo-lhe, nomeadamente, exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que tal se julgar conveniente.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Handwritten notes in blue ink: "M.T.", a signature, and "DA".

### 3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 11 e 18) e "Diferimentos" (Nota 10)

### 3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

#### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefenida
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

des  
-TE.  
E  
D1

### 3.2.2. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

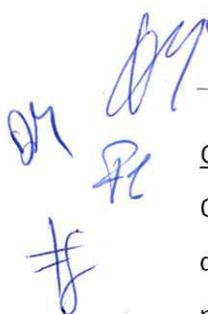
Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



### Clientes e Outros ativos correntes

Os “*Clientes*” e as “*Outros ativos correntes*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

### Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.5. Provisões, passivos contingentes e ativos**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.6. Financiamentos obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os “*Encargos financeiros*” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

### 3.2.7. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.2.8. Benefício dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

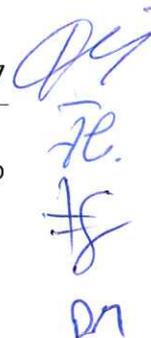
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### **3.2.1. Subsídios e outros apoios de entidades públicas**

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à



medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.2.2. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

### 3.2.3. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### 3.2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

#### 4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2016
<b>Custo</b>			
Terrenos e recursos naturais	2.893.412,57	-	2.893.412,57
Edifícios e outras construções	13.041.978,29	794.949,14	13.836.927,43
Equipamento básico	7.957.609,36	438.735,84	8.396.345,20
Equipamento de transporte	112.641,03	-	112.641,03
Equipamento administrativo	936.205,61	33.291,00	969.496,61
Outros ativos fixos tangíveis	623.741,80	58.110,01	681.851,81
<b>Total</b>	<b>25.565.588,66</b>	<b>1.325.085,99</b>	<b>26.890.674,65</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.007.069,99	409.485,23	4.416.555,22
Equipamento básico	5.829.005,44	339.883,70	6.168.889,14
Equipamento de transporte	112.641,03	-	112.641,03
Equipamento biológico	-	-	-
Equipamento administrativo	839.477,26	55.879,29	895.356,55
Outros ativos fixos tangíveis	442.389,60	32.274,01	474.663,61
<b>Total</b>	<b>11.230.583,32</b>	<b>837.522,23</b>	<b>12.068.105,55</b>
<b>Quantia escriturada</b>			<b>14.822.569,10</b>

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2017
<b>Custo</b>			
Terrenos e recursos naturais	2.893.412,57	-	2.893.412,57
Edifícios e outras construções	13.836.927,43	204.678,99	14.041.606,42
Equipamento básico	8.396.345,20	59.774,85	8.456.120,05
Equipamento de transporte	112.641,03	-	49.841,03
Equipamento biológico	-	-	-
Equipamento administrativo	969.496,61	83.584,30	1.053.080,91
Outros ativos fixos tangíveis	681.851,81	25.896,14	707.747,95
<b>Total</b>	<b>26.890.674,65</b>	<b>373.934,28</b>	<b>27.201.808,93</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.416.555,22	465.069,26	4.881.624,48
Equipamento básico	6.168.889,14	351.332,68	6.520.221,82
Equipamento de transporte	112.641,03	-	49.841,03
Equipamento biológico	-	-	-
Equipamento administrativo	895.356,55	58.079,84	953.436,39
Outros ativos fixos tangíveis	474.663,61	36.825,03	511.488,64
<b>Total</b>	<b>12.068.105,55</b>	<b>911.306,81</b>	<b>12.916.612,36</b>
<b>Quantia escriturada</b>			<b>14.285.196,57</b>

  
 T.C.  
  
 Dey

## 5. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Saldo em 31-dez-2017
Fundo de Compensação	7.793,90	7.824,27	15.618,17
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	410,73	-	410,73
<b>Total</b>	<b>8.204,63</b>	<b>7.824,27</b>	<b>16.028,90</b>

## 6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017
Mercadorias	15.070,18	-	8.715,70	12.238,76
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	331.095,41	2.030.749,30	(9.238,60)	349.321,22
<b>Total</b>	<b>346.165,59</b>	<b>2.030.749,30</b>	<b>(522,90)</b>	<b>361.559,98</b>

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2016
Mercadorias	12.417,59	10.943,68	8.191,10	15.070,18
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	331.789,08	2.115.857,52	(8.725,07)	331.095,41
<b>Total</b>	<b>344.206,67</b>	<b>2.126.801,20</b>	<b>(533,97)</b>	<b>346.165,59</b>

## 7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Cientes e Utentes c/c</b>	<b>3.092.517,62</b>	<b>2.881.560,96</b>
Cientes	3.092.517,62	2.881.560,96
Utentes	-	-
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>14.485,76</b>	<b>14.485,76</b>
Cientes	14.485,76	14.485,76
Utentes	-	-
<b>Total</b>	<b>3.078.031,86</b>	<b>2.867.075,20</b>

## 8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	699.523,39	735.005,50
<b>Total</b>	<b>699.523,39</b>	<b>735.005,50</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.090,93	16.189,44
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	112.283,40	103.615,79
Segurança Social	201.909,95	180.296,30
Outros Impostos e Taxas	720,52	564,18
<b>Total</b>	<b>320.004,80</b>	<b>300.665,71</b>

## 9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	24.304,76	24.770,89
Outros	39,83	3.529,72
<b>Total</b>	<b>24.344,59</b>	<b>28.300,61</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
IEFP	1.312,30	13.123,18
<b>Total</b>	<b>1.312,30</b>	<b>13.123,18</b>

## 10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	11.969,00	11.453,39
Depósitos à ordem	1.856.850,86	313.693,70
Depósitos a prazo	700.000,00	400.000,00
<b>Total</b>	<b>2.568.819,86</b>	<b>725.147,09</b>

## 11. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Outros créditos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Adiantamentos ao pessoal	9.256,10	5.000,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.751.265,75	2.130.818,12
Outros devedores	73.657,17	409.317,80
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>2.834.179,02</b>	<b>2.545.135,92</b>

## 12. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Fundos	4.073.354,35	-	-	4.073.354,35
Reservas	36.132,88	-	-	36.132,88
Resultados transitados	8.222.636,93	1.227.875,66	-	9.450.512,59
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1.267.829,72	-	12.818,47	1.255.011,25
Resultado líquido do período	1.440.381,34	-	48.630,77	1.391.750,57
<b>Total</b>	<b>15.040.335,22</b>	<b>1.227.875,66</b>	<b>61.449,24</b>	<b>16.206.761,64</b>

## 13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Subsídios ao investimento	1.267.829,72	12.818,47	1.255.011,25
<b>Total</b>	<b>1.267.829,72</b>	<b>12.818,47</b>	<b>1.255.011,25</b>

## 14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2017 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	31-12-2016	Diminuições	31-12-2017
Processos judiciais em curso	120.000,00	120.000,00	-
<b>Total</b>	<b>120.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>-</b>

O Processo nº 3547/15.OT8GMR fora divulgado, em 2015, como um passivo contingente e em 2016 foi reconhecida uma provisão uma vez que ocorreu uma transação judicial (pedido de indemnização) cuja sentença data de 1 de fevereiro de 2017 e como tal, em 2016, foi considerado um evento subsequente à data de balanço (31 de dezembro de 2016).

No período de 2017 a Irmandade pagou o montante da indemnização e consequentemente foi anulada, contabilisticamente, a provisão que tinha sido registada em 2016.

**Passivos contingentes**

Existe ainda uma liquidação oficiosa de IRC no valor de 158.546,99 € relativa ao período de 2007, em virtude da Administração Tributária e Aduaneira (AT) considerar que a isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10.º do CIRC não é aplicável à ISMCRA. A referida liquidação oficiosa será impugnada no Tribunal Fiscal por, pelo departamento jurídico da Entidade, ser entendido que essa liquidação é ilegal, uma vez que, desde sempre foi reconhecida à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Riba de Ave isenção de IRC na sua valência da saúde. Além disso, existe uma grande convicção que a Entidade terá grandes hipóteses de conseguir anular tal liquidação, quer em face das disposições legais aplicáveis, quer em face das decisões dos Tribunais Fiscais em casos idênticos, embora no âmbito do ensino. Face ao exposto, não foi reconhecida qualquer provisão para impostos nas demonstrações financeiras da Entidade.

Processo nº 993/14.0TBFAF, que corre termos na comarca de Braga referente a um pedido de indemnização civil. O montante já liquidado de 25 mil euros poderá vir a ser superior pois existiu um manifesto lapso do médico na intervenção cirúrgica. No entanto, a eventual condenação não terá grandes repercussões financeiras pois o risco está coberto pelo seguro de responsabilidade civil, tendo a seguradora sido chamada ao processo.

**15. Financiamentos obtidos**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
	Não Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários	4.117.500,00	3.117.500,00
<b>Total</b>	<b>4.117.500,00</b>	<b>3.117.500,00</b>

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
	Capital	Capital
Mais de cinco anos	4.117.500,00	3.117.500,00
<b>Total</b>	<b>4.117.500,00</b>	<b>3.117.500,00</b>

## 16. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	1.486.310,78	1.717.132,49
<b>Total</b>	<b>1.486.310,78</b>	<b>1.717.132,49</b>

## 17. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
	Corrente	Corrente
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Fornecedores de Investimentos	94.674,65	262.715,84
Credores por acréscimos de gastos	1.217.316,30	1.109.395,16
Outros credores	423.803,70	396.736,04
<b>Total</b>	<b>1.735.794,65</b>	<b>1.768.847,04</b>

## 18. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

### Vendas

Descrição	2017	2016
Mercadorias	10.413,84	10.013,24
Materiais de consumo	5.117,51	4.848,00
<b>Total</b>	<b>15.531,35</b>	<b>14.861,24</b>

### Serviços prestados:

Descrição	2017	2016
Quotas dos utilizadores	156.533,09	139.765,32
Serviços Secundários	16.499.927,52	16.070.927,26
<b>Total</b>	<b>16.656.460,61</b>	<b>16.210.692,58</b>

## 19. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	646.099,68	609.974,86
<b>Total</b>	<b>646.099,68</b>	<b>609.974,86</b>

## 20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	3.379.921,84	3.283.918,69
Serviços especializados	2.762.431,80	2.725.982,24
Materiais	105.851,45	122.876,35
Energia e fluidos	431.040,27	463.855,66
Deslocações, estadas e transportes	21.863,20	40.126,06
Serviços diversos (*)	430.972,42	414.688,54
Cantina social	94.271,41	107.688,54
Limpeza, higiene e conforto	116.123,72	127.509,16
Comunicação	61.062,57	69.018,14
<b>Total</b>	<b>7.132.080,98</b>	<b>7.051.447,54</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 21. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016 foram "11", em ambos os anos.

Os órgãos sociais usufruem as seguintes remunerações:

Provedor: quatro vezes o valor do IAS.

Os outros órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 325 e em 2016 foi de 300.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos órgãos sociais	24.709,92	17.764,58
Remunerações ao pessoal	4.937.603,70	4.459.086,08
Encargos sobre as remunerações	982.137,74	881.160,48
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	36.176,47	46.002,58
Outros gastos com o pessoal	15.994,86	11.491,35
<b>Total</b>	<b>5.996.622,69</b>	<b>5.415.505,07</b>

## 22. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	101.342,74	103.611,10
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.980,82	4.507,17
Outros rendimentos	105.879,32	127.408,52
Imputação Subsídios ao investimento	38.635,73	27.172,87
Donativos	17.603,65	13.944,85
Outros	49.639,94	86.290,80
<b>Total</b>	<b>213.202,88</b>	<b>235.526,79</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 23. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	7.118,56	4.692,13
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.348,63	1.293,15
Dívidas incobráveis	1.134,65	29,26
Outros gastos(*)	75.452,98	51.325,77
Correções relativas a períodos anteriores	29.947,27	34.575,85
Donativos	2.595,00	2.655,00
Outros	72.857,98	14.094,92
<b>Total</b>	<b>85.054,82</b>	<b>57.340,31</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 24. Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	587,26	24.664,88
Outros gastos e perdas de financiamento	1.892,44	1.580,11
<b>Total</b>	<b>2.479,70</b>	<b>26.244,99</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2.833,06	1.694,32
<b>Total</b>	<b>2.833,06</b>	<b>1.694,32</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>353,36</b>	<b>(24.550,67)</b>

## 25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2017 e 2016, foram de 4.800,00€ em cada um dos períodos.

## 26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

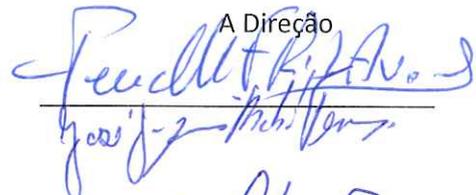
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção 08 de março de 2018.

Riba de Ave, 05 de março de 2018

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

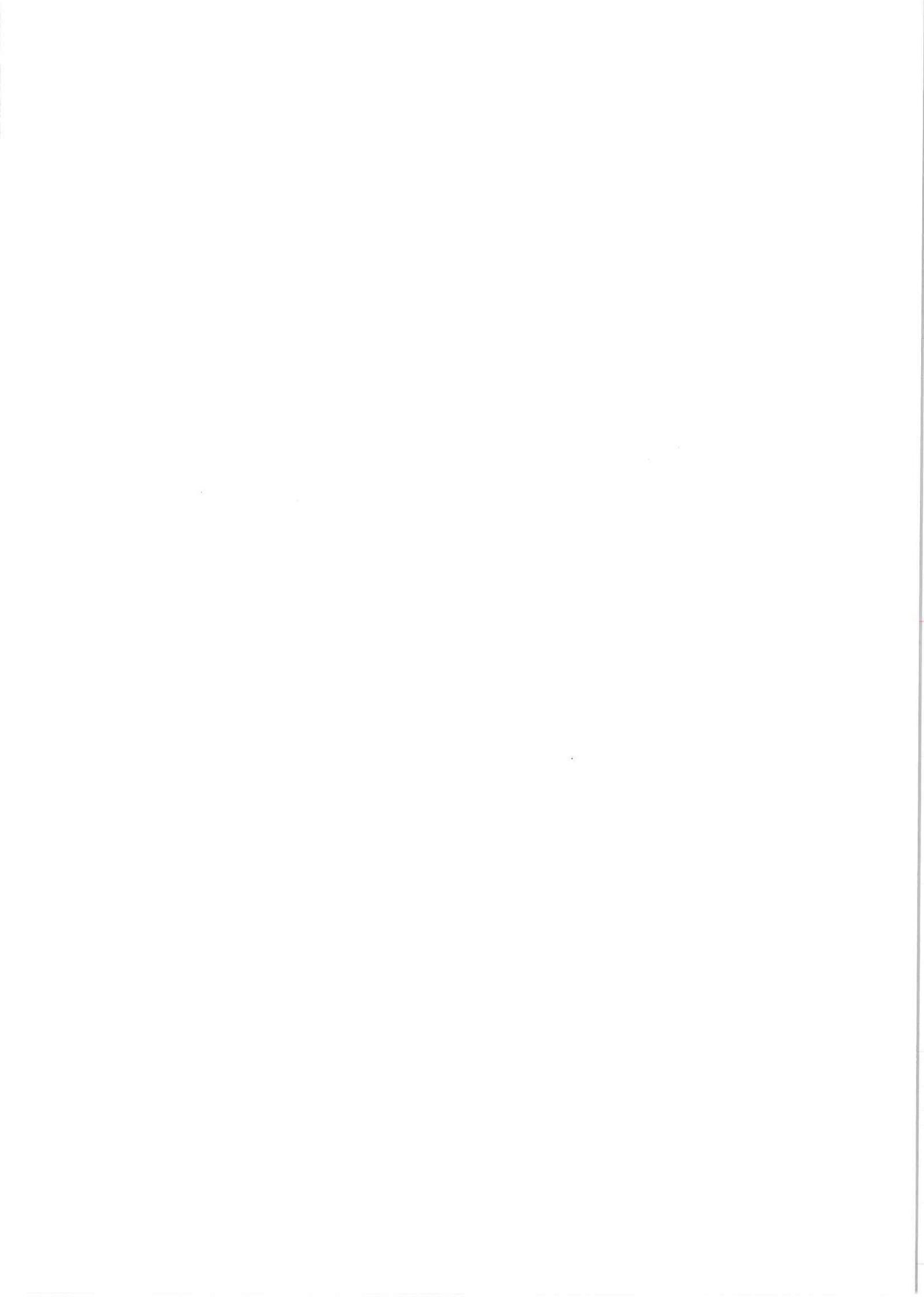
\_\_\_\_\_

A Direção  
  
  


**IRMANDADE DA SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
PERÍODO DE 2017**



**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****OPINIÃO**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 23.867.684,17 euros e um total de fundos patrimoniais de 16.206.761,64 euros, incluindo um resultado líquido do período de 1.391.750,57 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**BASES PARA A OPINIÃO**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**RESPONSABILIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Mesa Administrativa é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- DSA
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
  - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Mesa Administrativa de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
  - concluímos sobre a apropriação do uso, pela Mesa Administrativa, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
  - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
  - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 12 de março de 2018



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20171459  
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20170771

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**



**PARECER DO DEFINITÓRIO  
PERÍODO DE 2017**





## PARECER DO DEFINITÓRIO

O Definitório da Santa Casa de Misericórdia de Riba de Ave, tendo reunido para analisar o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa respeitante ao exercício de 2017 e sobre o mesmo emitir parecer, deu especial atenção às atividades realizadas e às estratégias seguidas pela Mesa Administrativa e pela Administração Delegada da SCMRA ao longo desse ano, indiciadores de uma gestão atenta a todas as valências que integram o universo da atividade desta Instituição e adequada aos condicionamentos causados pela conjuntura de crise em que o país se mantém, sem descurar os valores do humanismo e da solidariedade que estão na sua essência.

Apesar dos constrangimentos impostos pela referida conjuntura, assinala-se a normalidade com que decorreu a atividade da Misericórdia, no respeito pelo Plano e Orçamento delineados para o ano em apreço.

O Projeto da Demência sofreu novos desenvolvimentos que se saúdam, mas não é demais lembrar que este projeto deve ser bem acautelado na sua vertente económica e financeira, aspetos que, como se espera, a Mesa Administrativa não deixará de tratar, com a necessária atenção e prudência, como, de resto, tem sido habitual.

Pelo exposto, atentas as informações que foram prestadas ao Definitório pela Mesa Administrativa, no decurso do ano, mediante disponibilização mensal de Balancetes com indicadores económicos e financeiros e o diálogo periodicamente mantido entre estes órgãos sociais, de que se releva a participação conjunta nas iniciativas da maior relevância para a vida da Instituição, a que acresce o conforto decorrente do Relatório de Auditoria apresentado por Mário da Cunha Guimarães, ROC nº1159, em Representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC nº148, foi deliberado apresentar a seguinte

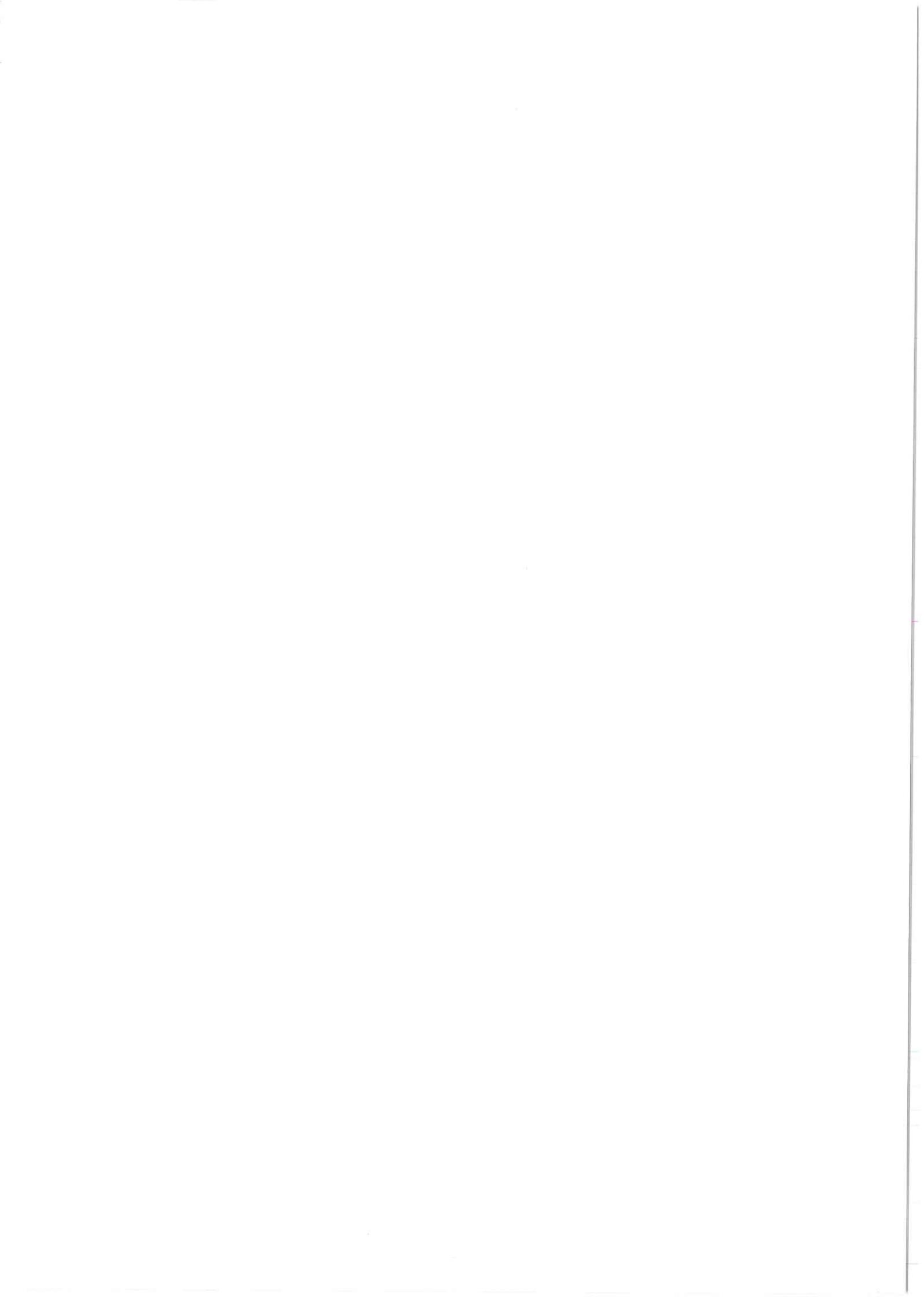
### PROPOSTA

1- Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa relativo ao ano de 2017;

2 – Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa, ao Administrador Delegado da S.C.M.R.A. e a todos os colaboradores desta Instituição, pela forma diligente e dedicada como, ao longo do exercício, se devotaram ao desempenho das suas atribuições.

Riba Ave, 28 de Março de 2018

O Definitório,





**Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave**

Rua 25 de Abril - Apartado 16  
4765-916 Riba de Ave

Tel: +351 252 900 800  
Fax: +351 252 800 809

E-mail: [info@scmribadeave.pt](mailto:info@scmribadeave.pt)  
Website: [www.scmribadeave.pt](http://www.scmribadeave.pt)